

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ELOÍSA DE SOUZA AMARAL

**Mídias Sociais como *Subaltern Counterpublics*: Um estudo de caso sobre o
Blogueiras Negras e o *Blogueiras Feministas***

Maringá
2017

ELOÍSA DE SOUZA AMARAL

**Mídias Sociais como *Subaltern Counterpublics*: Um Estudo de Caso Sobre o
Blogueiras Negras e o Blogueiras Feministas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e práticas culturais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zuleika de Paula Bueno

Maringá
2017

ELOÍSA DE SOUZA AMARAL

**Mídias Sociais como *Subaltern Counterpublics*: Um Estudo de Caso Sobre o
Blogueiras Negras e o Blogueiras Feministas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof^a. Dr^a. Zuleika de Paula Bueno
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof^a. Dr^a. Carla Cecília Almeida
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino
Faculdade Cásper Líbero

Aos meus pais, Rosa e Durvalino e ao meu esposo, Alessandro.

AGRADECIMENTOS

Acredito que nenhum caminho é feito sozinho e que o conhecimento igualmente é compartilhado. Essa dissertação é a realização de um sonho e em cada momento me senti de mãos dadas com pessoas muito especiais que contribuíram direta ou indiretamente nesse processo. Amigos que foram meus olhos quando os meus não enxergavam. Quero que esse momento seja de alegria. Houve dias que fiquei no escuro esperando a visão voltar, mas cheia de planos e ideias e elas se materializaram. Sei que muitos dias assim virão e que quero seguir em frente.

Começo agradecendo a Deus por me permitir esse momento. Agradeço aos meus pais, Rosa e Durvalino por serem exemplos de amor, cuidado, honestidade e perseverança. Queridos pais, os senhores são tudo para mim! Agradeço as minhas irmãs Lucilene, Divanéia, Márcia e Marisa e aos meus cunhados pelo incentivo, amo vocês imensamente.

Ao meu esposo, Alessandro, não saberei colocar em palavras a gratidão que sinto por cada momento compartilhado. Obrigada pelas noites que passou acordado me vendo produzir, aos ouvidos que me emprestou para ouvir tanto as leituras quanto as inquietações e aos abraços acolhedores nos momentos de necessidade. Meu riso é tão feliz contigo! Te amo!

À minha orientadora Zuleika de Paula Bueno, quero dizer que se tornou uma das pessoas que mais amo, que quero levar por toda vida. Essa dissertação só foi possível porque você acreditou em mim e caminhou ao meu lado. Obrigada por segurar a minha mão, pela paciência, por ser tão maravilhosa. Tenho orgulho de ter sido sua orientanda.

Ao meu co-orientador Éder Gimenes obrigada por ser essa pessoa maravilhosa, pelas ricas contribuições, pela paciência e amizade.

Sou imensamente grata aos professores da Graduação e da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, estendo os agradecimentos a todas e a todos. Simone Dourado, Marivânia Araújo, Ednaldo Ribeiro vocês são fontes de inspiração, obrigada pelas contribuições na minha formação. Em especial a professora Carla Almeida por me apresentar o movimento feminista e contribuir expressivamente no momento da qualificação da dissertação.

Ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiro (NEAIB-UEM) obrigada por me permitir fazer parte desse grupo de estudos tão rico que vem promovendo grandes momentos dentro e fora da Universidade Estadual de Maringá. Igualmente agradeço aos amigos que fazem parte do NEIAB pelas trocas de conhecimento.

Aos meus amigos do mestrado agradeço por cada momento que compartilhamos, vocês estarão sempre no meu coração. À Maria Lígia, muito obrigada! Ao Fernando Santiago Júnior e à Denise Montanher um agradecimento especial por tudo o que fazem por nós das Ciências Sociais.

Eliane Oliveira, obrigada por ser fonte de inspiração e luta, uma mulher preta periférica, escritora e que tem me ensinado muito! “Fazemos porque é o natural entre pessoas que se amam, se respeitam, se admiram, aquele tipo de amor que só quer o melhor”.

Miriã Anacleto, Verônica, Tiago Ramos e Kaue Nogarotto obrigada por terem sido meus olhos em muitos momentos dessa escrita, amo vocês, queridos.

As amigas e amigos, Audrey, Renata, Luciana, Vanessa, Caique, Thaysa, Arthur, Flávia, Thais, Marli Neto, Antônio Marcos, Andréia Donadon, Mário Neto, Francieli Muller, Aline, Ellen, Kaue, Tiago Ramos, Danielle Capel, Mírian Peloso, Djamila Ribeiro, Tiago Mariano, Alexandre obrigada pelo companheirismo e incentivo.

Ao Drº. Gustavo Siqueira por cuidar da minha visão e me permitir prosseguir.

Ao Drº. César Eduardo Guilherme, gostaria de agradecer por esses dois anos de amizade e trocas. Obrigada por tornar essa caminhada mais leve.

À minha amiga e companheira de pelúcia que sempre me oferece um carinho nos momentos de cansaço, Mona.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar este projeto.

A todos aqueles que não estão nomeados aqui, mas caminharam junto comigo meus sinceros agradecimentos.

Mídias Sociais como *Subaltern Counterpublics*: Um Estudo de Caso Sobre o Blogueiras Negras e o Blogueiras Feministas

RESUMO

A presente dissertação tematiza a ação política na internet tendo como corpus de pesquisa as ciberativistas Blogueiras Feministas e Blogueiras Negras. Ao abordarem as questões de gênero e os feminismos, esses *blogs* se inserem no conflito próprio da formulação de esfera pública liberal fundamentada na dicotomia público-privado. Essa formulação possui padrões que relegam às mulheres posições marginais em ambos os espaços, sendo o masculino tomado como paradigma para criação de valores e oportunidades. Contrariamente a essas imposições, as lutas feministas trazem em si as reivindicações para que essas definições sejam modificadas política, econômica e culturalmente. Nas suas postagens os blogs buscam construir espaços estratégicos de atuação política a partir da escrita, tendo em vista que as estruturas da esfera pública hegemônica são excludentes, dificultando a presença das vozes femininas no seu interior. Por isso, problematizamos as representações do empoderamento feminino nas narrativas desses *blogs*. Objetivamos compreender as representações feministas e as formulações de participação política provenientes dessas formulações que apontam as construções das subjetividades dessas blogueiras. Para tanto o conceito de *subaltern counterpublics* de Nancy Fraser (1992) foi mobilizado para explicar as dinâmicas de reconfiguração dos modos de participação política que o ciberativismo proporciona. As ações do ativismo *online* dos movimentos feministas criam novos espaços de interação e organização que geram maneiras autônomas de produção da identidade social.

Palavras-Chave: Movimentos Feministas; Ciberativismo; *Subaltern Counterpublics*; Blogs Feministas.

Social Media as *Subaltern Counterpublics*: A case study on Blogueiras Negras and Blogueiras Feministas

ABSTRACT

This dissertation thematizes the political action on the internet having as a corpus of research the cyber-activists Blogueiras Feministas and Blogueiras Negras. In addressing gender issues and feminisms, these blogs are embedded in the very conflict of the formulation of the liberal public sphere based on the public-private dichotomy. This formulation has patterns that relegate women to marginal positions in both spaces, the masculine being taken as the paradigm for the creation of values and opportunities. Contrary to these impositions, feminist struggles entail the demands for these definitions to be modified politically, economically, and culturally. In their posts blogs seek to construct strategic spaces of political action from the writing, considering that the structures of the hegemonic public sphere are exclusive, making the presence of female voices in the interior difficult. Therefore, we problematize the representations of female empowerment in the narratives of these blogs. We aim to understand the feminist representations and the formulations of political participation from these formulations that point out the constructions of the subjectivities of these Blogueiras. To this end, the concept of subaltern counterpublics by Nancy Fraser (1992) was mobilized to explain the dynamics of reconfiguration of the modes of political participation that cyber-activism provides. The actions of online activism of feminist movements create new spaces of interaction and organization that generate autonomous ways of producing social identity.

Key-words: Feminist Movements; Ciberativism; Subaltern Counterpublics; Feminist Blogs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Conceitos norteadores da pesquisa, metodologia e estrutura dos capítulos	12
1. PÚBLICO, PRIVADO E AS ESTRATÉGIAS DO <i>SUBALTERN COUNTERPUBLICS</i>	15
1.1 A esfera pública na perspectiva habermasiana e o diálogo com Nancy Fraser	17
2. O CIBERESPAÇO COMO SUBALTERN COUNTERPUBLICS	27
2.1 A escritura dos blogs	39
3. MOVIMENTOS FEMINISTAS NA HISTÓRIA, A PRODUÇÃO DA PRÓPRIA HISTÓRIA E O EMPODERAMENTO FEMININO	44
3.1 A subjetividade na escrita de si: o empoderamento político feminino no <i>subaltern counterpublics</i>	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa analisa dois *blogs* coletivos de militância feminista escritos, em sua maioria, por brasileiras: o *Blogueiras Negras* e o *Blogueiras Feministas*. Considero tais blogs exemplos do ativismo *online*, também chamado de ciberativismo. Parto do pressuposto de que os movimentos sociais, tais como os movimentos feministas, se constroem no tempo e no espaço e nessa construção inventam ou se apropriam de diferentes repertórios, artefatos, tecnologias e formas de ação. Dessa forma, os blogs constituem um novo ambiente de comunicação e articulação, distintos das instituições sociais estabelecidas e independentes dos meios tradicionais de comunicação¹ (PENTEADO, SANTOS & ARAÚJO, 2009).

O primeiro contato que tive com a teoria feminista foi na Universidade Estadual de Maringá (UEM), ao ingressar no curso de Ciências Sociais, que cursei entre os anos de 2007 e 2012. O movimento feminista não era algo de que jamais ouvira falar, mas as escassas informações que possuía sobre o tema consistiam em construções do senso comum, representações presentes na televisão, por exemplo, por meio de personagens de novelas como Catarina Batista² e suas amigas configuravam meu repertório imaginário de ativistas pró-mulheres com todas suas características estereotipadas: infelizes, raivosas, solteironas, entre outros adjetivos atribuídos em tom de chacota.

Ao descobrir os termos “empoderamento feminino” e “gênero” os recebi como novidade e acredito que muitas colegas acadêmicas também. Aos poucos fui desconstruindo minhas concepções anteriores e comecei a observá-las como resultado de determinados processos e estruturas sociais que haviam, até então, moldado minha subjetividade.

O interesse pelo feminismo foi tomando forma de pesquisa e investigação a partir das leituras sobre movimentos sociais, teoria política e dos eventos organizados dentro do

¹ Os autores Penteado, Santos e Araújo apontam que essa questão a respeito da independência dos blogs ainda está em discussão, pois “muitos estão hospedados em grandes portais de sítios de grupos de mídias. Haveria nesse caso, a possibilidade, ainda que menor, de controle do conteúdo e teor das informações publicadas” (PENTEADO, SANTOS E PIMENTEL, 2009, p.161).

² Personagem da novela “O Cravo e a Rosa” exibida na Rede Globo de 2000 a 2001, comédia romântica que teve inspiração no clássico *A Megera Domada*, de William Shakespeare. As descrições dadas pela emissora para descrever a personagem: “Rebelde, irascível, mas fascinante. Jurou jamais se casar, pois não quer ser dominada por um homem. Cria situações divertidas para afastar pretendentes, e leva as pessoas a fazer o que ela quer. Moça de ideias modernas para a época. Quer dirigir um carro, escreve artigos sobre direitos femininos, participa de um movimento pró-mulher. Mas não é uma feminista de carteirinha. É voluntarioso, filha de pai rico, a quem as ideias sobre libertação feminina servem perfeitamente”. Informações retiradas do endereço eletrônico: <http://memoriaglobo.com/programas/entretimento/novelas/o-cravo-e-a-rosa/galeria-de-personagens.htm> acesso em: 04/10/2016.

campus. Algo, porém, me incomodava nesse processo: ter a impressão de que a teoria feminista fica em grande parte limitada às fronteiras da universidade.

No ano de 2013, após concluir a graduação, fui convidada a participar do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiro (NEIAB) da Universidade Estadual de Maringá, consórcio nacional proveniente das universidades que trabalha a produção de conhecimentos, a divulgação e o debate público sobre as questões raciais no Brasil e no mundo. A partir desse contato, novos questionamentos surgiram, como o fato da maioria dos textos debatidos na UEM (e não apenas nela) sobre feminismo serem escritos por mulheres brancas. Para mim parecia evidente que isso acontecia porque essa universidade (como tantas outras) se constituía por uma comunidade acadêmica majoritariamente branca. Nesses quatro anos participando do NEIAB tive contato com a teoria feminista negra e o que se desenha como feminismo interseccional, ampliando nessa direção as reflexões iniciadas na graduação. Hoje compreendo o feminismo e grande parte das teorias feministas como um movimento e uma concepção marcada pela pluralidade e complexidade, que emancipa, mas também reproduz formas de opressão e exclusão quando trata as demandas como se fossem universais, sem apresentar nas suas análises as vivências marcadas pelos recortes de raça e de classe social.

Foi a partir dessa constatação da pluralidade do feminismo e das discussões dentro do NEIAB-UEM, tendo consciência do privilégio que é estar em uma instituição acadêmica e poder participar do grupo de estudos, que voltei meu olhar para aquelas mulheres que não gozam dos mesmos privilégios. Essa observação trouxe à tona as relações de poder que se impõem sobre a circulação dos saberes e das práticas sociais relacionadas ao empoderamento feminino. E as mulheres que, como eu outrora, não tiveram contato com as teorias feministas? Estariam condenadas a viverem e reproduzirem as condições de desigualdade de gênero? Quais seriam seus espaços e possibilidades de resistência e questionamento das perversas formas de submissão das mulheres? Por quais demandas necessariamente o feminismo se constituiu historicamente? Somente tendo consciência das desconstruções dos papéis de gênero é possível ser feminista? E, finalmente, estaria eu pautando o movimento e sua abrangência a partir da minha própria experiência e das colegas mais próximas? Haveria autocrítica suficiente dentro de um feminismo mais hegemônico para abarcar a diversidade e especificidades das diferentes experiências e vivências femininas?

Foi então que descobri os blogs. Ah, os blogs! Esses artefatos do espaço *online* que traziam textos envolventes, emocionantes, às vezes agressivos. Textos que dialogavam com as teorias, mas não eram acadêmicos, escritos por mulheres com trajetória distintas e ao mesmo tempo com experiências tão compartilhadas. Essas páginas me chamaram a atenção pelo fato

de popularizarem os movimentos feministas através da internet. No *Facebook* e no *Twitter*, que são um meio de direcionamento por links, há um expressivo número de seguidores interessados nos conteúdos dos blogs: o *Blogueiras Feministas* conta com 86.625 curtidas³ no Facebook e no Twitter com 37.600 seguidores⁴; o *Blogueiras Negras*, com 230.970 curtidas no Facebook e 16.700 seguidores no Twitter. Os conteúdos publicados em linguagem acessível somam as experiências dessas blogueiras com a construção do que era o feminismo historicamente dito e o feminismo vivenciado cotidianamente por elas, mesmo que, não necessariamente⁵, propositais, trazendo a noção de ação e produção ao movimento. Estariam aí as respostas para os meus questionamentos?

Conceitos norteadores da pesquisa, metodologia e estrutura dos capítulos

Tendo esse contexto em perspectiva, o trabalho selecionou como tema o ciberativismo, que é a utilização da internet por movimentos politicamente motivados (VEGH, 2003, p.71). Trata-se de ativistas políticos, sociais e ambientalistas na rede, que consideram a internet como uma opção que foge, de certa forma, ao controle e restrições que os meios de comunicação tradicionais exercem sobre a opinião pública. Essa nova modalidade de articulação política chegou ao Brasil na década de 1990 com o avanço da internet.

Marques (2016) aponta o quanto a agenda de investigações sobre esses ambientes vem se expandindo, voltada à análise dos usos dessas ferramentas - como *blogs*, sites empresariais, sites institucionais, sites de relacionamentos, entre outras mídias – a fim de compreender de que maneira governos, cidadãos, movimentos sociais (sejam eles organizados ou espontâneos), partidos políticos, dentre outros agentes, empregam os recursos de comunicação digital para alcançar seus objetivos. Tais estudos tem se distanciado dos efeitos mais generalizantes das redes para se debruçarem em questões específicas no que diz respeito aos usos de diferentes mídias.

As mídias sociais têm sido abordadas por muitos estudos nas mais diversas áreas acadêmicas. Trata-se de tecnologias e práticas *online* utilizadas para disseminar conteúdo, estimulando o compartilhamento de opiniões, ideias, experiências e perspectivas (FONTOURA, 2006). Também é notável o crescimento referente aos estudos sobre

³ No Facebook há a opção de criar páginas sem necessariamente ser um perfil pessoal, podendo ser administrada por uma ou mais pessoas. As curtidas são uma maneira dos usuários seguirem as publicações postadas.

⁴ No Twitter há a opção de seguir perfis pessoais ou páginas de diferentes conteúdos. Porém, diferente do Facebook essa mídia social permite a publicação de apenas 140 caracteres.

⁵ Pode ocorrer que se vivencie práticas consideradas feministas, mas que essas não sejam praticadas a partir de uma militância.

cibercultura e sua intersecção com a comunicação e a política, tendo em vista os crescentes ciberativismos e o uso da rede mundial de computadores para fins políticos.

A presente temática se tornou emergente ao considerar que o espaço *online* se constitui como modalidade de participação, formação e informação, ampliando as possibilidades de diálogos, debates, disseminação de informações e trocas de conhecimentos, contribuindo, em algum nível, para a qualidade do debate público⁶. Ou seja, o ciberespaço é compreendido na sua potencialidade de expansão da pluralidade de grupos com voz e espaço no campo da política, o que poderia contribuir para a legitimidade do regime democrático e, por conseguinte, para a melhoria de sua qualidade e consolidação (considerando que legitimidade, qualidade e consolidação são aspectos com causalidade mútua e que se auto influenciam). Como afirma Avritzer “a vigência da democracia implica a incorporação de valores democráticos nas práticas cotidianas” (AVRITZER, 1996, p. 143).

Conforme defendo nesse trabalho, o ciberativismo reconfigura os modos de participação política e dos movimentos sociais. Essa pesquisa é um esforço de análise e compreensão do ativismo *online* no campo dos feminismos, ação que tem criado novas dinâmicas de interação e novos processos de organização que permitem construir de maneira autônoma suas próprias identidades. Nessa análise, a formulação de *subaltern counterpublics* de Nancy Fraser foi apropriada como um conceito fundamental.

Por meio da coleta de textos publicados entre os anos de 2010 a 2016, busco compreender como se constroem as representações feministas nos blogs e as formulações de participação política provenientes dessas narrativas que apontam as construções das subjetividades dessas blogueiras. Para tanto, a metodologia empregada no desenvolvimento dessa pesquisa foi a análise de conteúdo. Inicialmente, selecionei os textos publicados e categorizados pelas próprias blogueiras como textos políticos. Posteriormente, realizei um levantamento bibliográfico para nortear e permitir a compreensão das postagens produzidas a partir dos padrões encontrados em tais publicações, com respaldo nas teorias políticas contemporâneas e nos estudos das mídias digitais para fundamentar minhas reflexões.

A abordagem metodológica que articula as teorias feministas com o debate sobre a mídia digital permite identificar as estratégias de atuação prática das agentes em espaços não hegemônicos. Por outro lado, essas práticas extrapolam o universo virtual e se transformam em fenômenos capazes de promover mudanças políticas substanciais, na medida em que congregam e organizam diversos atores mobilizados por uma causa em comum. É na

⁶ Esse pressuposto não ignora os usos por pessoas ou grupos desses espaços para fins homofóbicos, xenófobo, entre outros, o que não são diretamente objetos de análise nessa pesquisa.

dinâmica da escrita feminina coletiva que esses dois elementos têm seu ponto nodal, sua conexão entre feminismo e ciberativismo nos *blogs*.

As bibliografias sobre metodologia de estudos de blogs de política estão voltadas, principalmente, para aqueles cujas produções são individuais, notadamente os *blogs* jornalísticos, lidos como fontes de informações paralelas às mídias tradicionais. A metodologia sugerida para tais pesquisas consiste em levantar o histórico e descrever os blogs, classificá-los e promover a análise das estruturas e conteúdo, análise do conteúdo das mensagens e análise da interatividade (PENTEADO, SANTOS E ARAÚJO, 2009).

Para a investigação dos objetos aqui indicados, foi necessário o aprimoramento da abordagem por conta das peculiaridades do fenômeno estudado, com características de escrita coletiva e intervenção social, utilizando a pesquisa documental por meio da análise de conteúdo (GODOY, 1995).

Assim, o trabalho se organizou em três capítulos. No primeiro apresento as reflexões acerca da construção de esfera pública e privada por meio do conceito de *subaltern counterpublics*, assinalando que são arenas discursivas paralelas às tais esferas, onde membros de grupos sociais subordinados “inventam e difundem contradiscursos para formular interpretações opositivas de suas identidades, interesses e necessidades” (FRASER, 1992, p. 123). Destaco as desconstruções e construções discursivas e das ações práticas⁷ em contraponto com as discussões da teoria habermasiana de esfera pública, seguindo a reflexão proposta por Nancy Fraser (1992).

No segundo capítulo discuto a construção histórica dos movimentos feministas principalmente no Brasil e suas influências, ressaltando as relações de gênero construídas socialmente, aceitas culturalmente e mantidas ao longo da história, apontando os avanços, os retrocessos, as ações, as pluralidades e as disputas dentro do próprio movimento. Aqui, os blogs aparecem como agentes desses movimentos dentro do próprio movimento.

No terceiro capítulo, realizo a análise dos objetos indicados a partir de seus conteúdos nomeados pelas blogueiras como políticos, apresentando essas narrativas feministas para compreender como se constroem suas identidades enquanto movimento e representações, mobilizando as reflexões apresentadas nos capítulos anteriores. E por fim, apresento minhas considerações finais.

⁷ Formulações de demandas e agendas.

1. PÚBLICO, PRIVADO E AS ESTRATÉGIAS DO *SUBALTERN COUNTERPUBLICS*

O contexto social, político e econômico da segunda metade do século XX ampliaram as possibilidades de participação da mulher na vida pública em muitos países de regimes democráticos. A pressão dos movimentos sociais, o sufrágio universal, a emergência do feminismo, o debate sobre os direitos humanos e a luta pelo fim do patriarcalismo ensejaram práticas políticas que propiciaram a presença feminina nas mais diferentes esferas da sociedade. Durante muito tempo, segundo Miguel (2001, p.254), a participação das mulheres na arena política foi encarada de forma semelhante a participação das crianças, sob o argumento de que ambas seriam incapazes de defenderem os seus próprios interesses.

A forma pela qual a sociedade liberal se estruturou, fundamentada pelo patriarcado, promoveu a naturalização de visões distintas acerca do papel do homem e da mulher na sociedade. O masculino passou a ser entendido como o administrador do espaço e da coisa pública, o sujeito da razão universal. Ao feminino, coube o espaço privado da casa e dos assuntos domésticos. Dessa maneira, temos uma divisão clássica entre espaços e seus representantes, o que se assenta sobre a dicotomia do *público* e do *privado*.

Para Anne Phillips (2011, p.349), “[...] o liberalismo é peculiarmente infenso ao gênero”, pois as distinções que ele estabelece entre as esferas pública e privada são particularmente adequadas para manter a subordinação política das mulheres. Nessa perspectiva, as lutas feministas surgiram em torno da demanda por direitos sociais e políticos (COSTA, 2004; ALVARES, 2014) e da necessidade das mulheres reivindicarem seu lugar na sociedade junto ao público - espaço até então reservado ao homem - e também de valorizar as práticas desempenhadas no âmbito privado, trazendo à tona questões até então tratadas como de fórum estritamente privadas. Os movimentos feministas, portanto, contribuem com o debate das formulações dos conceitos de público e privado ao refletir sobre as atribuições de gênero que esses espaços pressupõem.

A esse respeito, entendemos que em uma sociedade liberal os espaços entre público e privado não são estanques, eles se constituem em oposição e complementariedade. Dessa forma, em determinadas ocasiões, para que o público exista é necessário que o privado seja desvelado.

Flávia Biroli (2014) descreve essa dualidade como consequência de uma compreensão restrita da política. Para a autora, em nome da universalidade na esfera pública, as experiências do mundo privado são caracterizadas como não políticas.

É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares. O destaque para as exclusões implicadas na conformação de uma esfera pública mostra que os valores que nela imperam não são abstratos nem universais, mas se definiram, historicamente, a partir da perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros. A projeção de uma esfera pública homogênea, silenciando sobre a existência de públicos distintos e conflitivos, é um de seus efeitos; a restrição do universo da contestação pública legítima, por meio da definição do que é do âmbito privado, é outro (BIROLI, 2014, p.31).

Nessa visão, o espaço privado é considerado na perspectiva de um caráter particular, restrito, como aquele que guarda a intimidade; já o público, de modo geral, é o espaço das trocas, que Birolí (2014) descreve como a esfera baseada nos princípios mais universais, na razão e na impessoalidade. Acerca disso, Phillips argumenta que:

Até nos exemplos mais comuns, nos quais se “permite” que as mulheres decidam por si mesmas se vão a uma reunião ou em quem votar, o fato de que algo lhes seja permitido deve nos alertar para a inconsistência do modo como a cidadania igual está sendo proposta. Nas condições aparentemente mais iguais, as desigualdades continuadas da divisão do trabalho ainda condenam as mulheres a um papel político menor. Frequentemente excluídas pela falta de tempo ou de confiança, elas não têm o mesmo peso que os homens (PHILLIPS, 2011, p.349).

Assim, as lutas feministas, entre outros aspectos, trazem em si as reivindicações para que essas definições do que representam o público e o privado sejam modificadas política, econômica e culturalmente.

Compreendemos dessa maneira que, embora tenham ocorrido avanços significativos provenientes dessas lutas políticas das mulheres ao longo da história, a dicotomia público-privado ainda reforça os estereótipos de gênero quando, na divisão dos papéis atribuídos historicamente, excluindo as mulheres dos espaços de decisão e dando a falsa noção de homogeneidade na esfera pública, principalmente em sua face institucional. Isso porque as desigualdades geradas nessa divisão social tornam o fator tempo, por exemplo, uma questão importante para a participação e a não participação. Um exemplo são as duplas e até triplas jornadas laborais que se configuram no trato ao lar, aos filhos, aos estudos - quando há a oportunidade - e ao mercado de trabalho.

Dessa maneira, os papéis de gênero atribuídos reforçam que as mulheres sejam relegadas em sua maioria ao espaço privado, sendo sub-representadas e não necessariamente participando de forma mais direta da esfera pública, das formulações mais gerais e tão pouco tendo oportunidades para comunicar e formular suas demandas nesses espaços. Torna-se

fundamental, dessa maneira, direcionarmos nosso olhar para a elaboração acerca da esfera pública formulada por Habermas (1962) e discutidas nas mais diferentes áreas das Ciências Sociais, para compreendermos suas características e pressupostos como modelo normativo.

1.1 A proposta do conceito de *Subaltern Counterpublics* de Nancy Fraser

Em *A Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de 1962, o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas apresentava as reflexões teóricas que deram vida aos seus conceitos de esfera pública e ação comunicativa. Tais conceitos são fundamentais na análise que propormos e por isso faremos um breve esclarecimento do seu surgimento.

Para Habermas (1962), durante o desenvolvimento da modernidade, a burguesia criou formas de promover o debate de assuntos públicos na esfera privada. Num primeiro momento, esse debate não teve força de se articular com as decisões que ocorriam no âmbito do Estado e da vida política. Ficaram restritos ao espaço da vida individual, como concepções e valores que orientavam a ação dos burgueses.

O desenvolvimento da modernidade criou diferentes espaços de socialização ocupados pela eminente burguesia que, com isso, levou as discussões que ocorriam no âmbito privado para espaços externos à casa e à família. Essa dinâmica permitiu à burguesia construir uma opinião pública acerca da atuação do Estado e dos assuntos políticos que foi, aos poucos, fundando um novo espaço de articulação entre o Estado e os interesses privados.

É nesse sentido que Habermas afirma que a esfera pública é a terceira grande instituição da modernidade, uma vez que ela não se confunde nem com o Estado nem com o mercado. A esfera pública se funda no momento em que a burguesia consegue criar um espaço de discussão orientado exclusivamente pela razão (HABERMAS, 1962). Tal espaço se caracteriza, dentre outras coisas, por não estar sujeito a pressões externas, mas por criar uma lógica própria de funcionamento. Como afirma Avritzer:

Uma dimensão do conceito de esfera pública permite ir além do debate entre o elitismo democrático e o republicanismo. Trata-se da recuperação na modernidade temporã de uma esfera para a livre interação de grupos, associações e movimentos. Tal esfera supõe a possibilidade de uma relação crítico-argumentativa com a política ao invés de uma relação participativa direta, abrindo assim, uma nova via para a análise da democracia (AVRITZER, 1999, p.29).

Entre as operações necessárias para criação desse conceito há a articulação com a

teoria política clássica⁸, mas, principalmente, o avanço em relação à crítica da razão instrumental dos teóricos frankfurtianos. A teoria crítica manteve no centro de suas reflexões uma concepção de sujeito unitário que tinha sua autonomia consumida pela razão totalitária. Habermas propõe que a esfera pública funda um espaço orientado pela visão de um sujeito intersubjetivo, consequência do desenvolvimento da burguesia, que disciplina e orienta a sua ação pela razão comunicativa, pois pretende interferir nas formas de organização e atuação do Estado. Isso porque:

Os burgueses são pessoas privadas e enquanto tal eles não governam; as reivindicações de poder dos burgueses em relação à autoridade pública não são, portanto, dirigidas contra uma determinada concentração de poderes que teriam que ser divididos... o princípio de controle que os burgueses opuseram em relação [à autoridade pública] – o princípio da publicidade – tinha a intenção de mudar o próprio conceito de dominação (HABERMAS, 1989, p.28).

A esfera pública é, portanto, entendida como o domínio social das discussões em que os cidadãos privados se engajam quando reunidos em públicos e marcada pelos elementos constitutivos da modernidade:

[...] a marca liberal no conceito é indisfarçável na *privacidade* evocada na definição, na qual certamente ecoa a ideia de autonomia privada dos cidadãos. A marca iluminista está fixada definitivamente nas ideias de publicidade da discussão, na sua dupla condição decorrente das circunstâncias de sua realização (em público e por meio de públicos) e da natureza dos elementos (uso das razões públicas) (GOMES, 2004, p.119).

Habermas (1997) dá continuidade à discussão sobre esfera pública em *Direito e Democracia* e outras obras. Esses avanços são marcados pelo despojamento da historicidade do conceito de esfera pública. Gomes (2004) aponta que a esfera pública em Habermas vai se tornando uma ideia que identifica novas formas de fundamentar a legitimidade da ação política. Conforme esse autor, em *Mudança Estrutural*, “[...] a esfera pública burguesa caracteriza-se como parte de uma engrenagem historicamente dada, por meio da qual se busca assegurar a autonomia privada dos indivíduos contra o Estado autocrático” (GOMES, 2004, p.119). A esfera pública, dessa forma, é composta essencialmente por “visibilidade e discutibilidade, procedimentos voltados para conter o avanço do Estado autocrático sobre os domínios da intimidade e da privacidade e também para permitir o avanço da cidadania para o

⁸ Para maiores esclarecimentos vide PERLATTO, 2012.

interior do domínio estatal” (HABERMAS, 1997, p.45).

A arena da esfera pública é distinta do Estado. Ela é um espaço de deliberações, um lugar para produção e circulação de discurso em que o princípio pode, inclusive, ser crítico ao Estado. É também, conceitualmente, distinta da economia oficial, não sendo assim, uma arena de relações de mercado. Ela se constitui, fundamentalmente, como uma arena de debate e deliberações. Habermas, não desenvolve necessariamente um modelo pós-burguês, mas não se pode ignorar o quanto sua teoria é indispensável para se pensar a esfera pública na teoria democrática.

Gomes argumenta que ao dar continuidade nas suas análises em o *Direito e Democracia* (1997), Habermas se sente mais livre para, não necessariamente, retomar a construção histórica da esfera pública liberal. Há então, a “conversão do material liberal, por meio do republicanismo, para o seu modelo de democracia deliberativa” (GOMES, 2004, p.119). A explicação é a de que segundo Habermas, o modelo de democracia liberal precisa de uma arquitetura institucional que, orientada pelo princípio da autonomia privada dos cidadãos, garanta as liberdades privadas e públicas.

O modelo republicano, por sua vez, colocava ênfase numa arquitetura institucional capaz de assegurar participação civil nos negócios públicos, igualdade e inclusão da cidadania na esfera pública. O modelo deliberacionista, por sua vez, haveria de propor arquitetura institucional voltada para garantir e intensificar a busca corporativa, por parte de cidadãos que discutem uns com os outros, da solução de problemas políticos. Nesse sentido, a esfera pública é parte de uma engrenagem social voltada para a solução coletiva – porque publicamente discutida, formulada e deliberada – de problema que afetam a comunidade política, num sentido que faça valer os interesses da sociedade civil (portando da periferia do sistema político) no contraste com as pressões sobre o Estado (portanto, o centro do sistema político) exercidas pelos sistemas sociais (GOMES, 2004, p.119).

Gomes sintetiza o debate da seguinte forma:

A rigor, a caracterização de *Direito e democracia* não substituiu a definição de *Mudança estrutural*. As dimensões fundamentais da noção são asseguradas: estão lá (a) a discursividade e a discutibilidade, (b) a publicidade como visibilidade, (c) a publicidade como qualidade das razões. Apenas (d) a privacidade agora parece ser lida em chave de (e) sociedade ou esfera civil, convertendo-se a ênfase liberal na igualdade de direitos e liberdades do indivíduo diante do Estado na ênfase deliberacionista, no governo exercido pela opinião pública (GOMES, 2004, p.120).

Ao apresentar as características sobre a esfera pública, amplamente discutida pela teoria crítica e democrática, temos elementos para concluir que há, nesse sentido, a construção de uma noção idealizada da esfera pública como espaço integrado e hegemônico o qual,

segundo Perlatto (2012, p.82), seria caracterizado pela discussão racional burguesa, que teria como *medium* o argumento “crítico racional”.

O modelo de esfera pública habermasiano, apesar de contribuir e ampliar o debate acerca do exercício da democracia moderna, foi criticado por teóricas feministas como Nancy Fraser, principalmente porque o fundamento e a constituição da ideia de público de Habermas seguem o padrão do funcionamento burguês das cidades do século XVIII. Como apontam as feministas, o público em Habermas pressupõe a presença de agentes que são quase sempre homens, brancos, proprietários e ocidentais. As feministas partem assim da ideia de que o público formulado por ele parte de uma esfera homogênea.

Essa esfera surge, portanto, teorizada dentro de uma lógica que não se preocupa com a paridade total da participação de diferentes públicos em debates e deliberações, o que acaba por garantir as vantagens dos grupos dominantes nessa esfera e perpetuar as desvantagens dos grupos subordinados. Fraser (1992) problematiza o grau de inclusividade de uma esfera pública formulada a partir desse modelo burguês.

Nas questões de gênero, a esfera pública constituída a partir das sociedades burguesas ainda trazem a noção da fala ser definida na visão de “*public*” e “*pubic*”, a ideia de que a voz no espaço público está relacionada ao falocentrismo (FRASER, 1992, p.12). Uma esfera pública única desconsidera as sociedades cuja estrutura básica institucional gera grupos sociais desiguais socialmente e relações estruturais de dominância e subordinação.

Para Fraser, o problema não é apenas o fato de como o autor idealiza a esfera pública liberal, mas, também, como ele falha ao examinar outras esferas públicas concorrentes, não liberais e não burguesas. A autora exemplifica com o seguinte ponto: a variedade de formas que “mulheres norte-americanas do século XIX de várias classes sociais e etnias construíram rotas de acesso à vida política pública, mesmo apesar de sua exclusão da esfera pública oficial” (1992, p.60). No caso das mulheres da elite burguesa, envolveu a construção de uma sociedade contra-civil de associações voluntárias de mulheres como organizações filantrópicas e de reforma moral, mesmo que essas somente pudessem ser construídas por seus maridos, pais e avós, isso ainda era considerado uma inovação, uma vez que elas usaram criativamente expressões “particulares” da domesticidade e da maternidade precisamente como trampolins para a atividade pública” (FRASER, 1992, p. 60).

Outra variedade de estratégias citada pela autora consiste nos grupos de mulheres menos privilegiadas, mostrando que o acesso à vida pública veio através da participação em papéis de suporte em atividades de protesto das classes trabalhadoras dominadas pelos homens. Ainda outras mulheres encontraram a saída em protestos e paradas de rua.

“Finalmente, os defensores dos direitos das mulheres contestaram publicamente a exclusão das mulheres da esfera pública oficial e da privatização da política de gênero” (1992, p.61).

A crítica feminista reitera que, mesmo com as alterações na esfera pública que aconteceram com o liberalismo no século XIX, a participação não foi colocada em prática em toda a extensão da sociedade, sendo limitada aos homens.

Além disso, não só havia sempre uma pluralidade de públicos, mas as relações entre os públicos burgueses e outros públicos eram sempre conflituosas. Virtualmente desde o início, os contra-públicos disputavam as normas de exclusão do público burguês, elaborando estilos alternativos de comportamento político e normas alternativas de discurso público. Os públicos burgueses, por sua vez, desgastavam essas alternativas e deliberadamente procuraram bloquear uma participação mais ampla. Como diz Eley, "a emergência de um público burguês nunca foi definida unicamente pela luta contra o absolutismo e a autoridade tradicional, mas... abordou o problema de contenção popular também. A esfera pública foi sempre constituída por conflito" (FRASER, 1992, p. 61).

No caso das mulheres, Habermas reconhece esses problemas estruturais quando faz a seguinte constatação:

Essa mudança estrutural da esfera pública política aconteceu sem afetar o caráter patriarcal da sociedade [...] A igualdade de cidadania, por fim alcançada no século XX, certamente tornou possível que as mulheres [...] lutassem pela melhoria de seu status social. No entanto, para as mulheres que queriam usufruir [...] [de] direitos políticos iguais, ainda não havia se modificado *eo ipso* aquele subprivilegio associado às diferenças de gênero [...]. A exclusão das mulheres foi também constitutiva para a esfera pública política, no sentido de que esta foi dominada pelos homens não apenas de modo contingente, mas foi determinada também em termos de gênero em sua estrutura e sua relação com a esfera privada. Diferentemente da exclusão dos homens subprivilegiados, a exclusão das mulheres tinha uma força estruturante (HABERMAS, 1992, p. 45 e 46).

Nesse diálogo com Habermas, Fraser aponta que uma concepção de esfera pública deve conter “[...] não a exclusão, mas a inclusão de interesses e questões que a ideologia masculina e burguesa rotula como privadas e trata como inadmissíveis”. Perlatto (2012, p.82) assinala que a crítica de Fraser ao conceito habermasiano de esfera pública está no fato dessa formulação perder de vista a compreensão da “esfera pública como um *locus* de disputa de poder, dominação e opressão”. Nesse sentido, Habermas não consideraria criticamente o fato da esfera pública ter se configurado como um espaço restrito a uma comunidade política de cidadãos, implicando conseqüentemente, na exclusão de diversos atores da sociedade, como, por exemplo, as mulheres e os operários (FRASER, 1992).

Fraser reitera, apesar das críticas contundentes, a importância das formulações de Habermas para elucidar o que ela chama de “confusão” que ocorre com os feminismos

contemporâneos sobre o uso da expressão “esfera pública” que, segundo ela, seria menos útil que a formulação habermasiana, como o que se refere a tudo o que está fora do ambiente doméstico e familiar, combinado “pelo menos por três coisas analiticamente distintas: o Estado, a economia oficial do trabalho assalariado e os espaços de discurso público⁹”.

Esta expressão foi utilizada por muitas feministas para se referir a tudo o que está fora da esfera doméstica ou familiar. Assim, "a esfera pública" neste uso confunde-se pelo menos em três coisas analiticamente distintas: o Estado, a economia oficial do emprego remunerado e as arenas de discurso público. Agora, não deve ser pensado que a fusão destas três coisas é uma questão "meramente teórica". Pelo contrário, tem consequências políticas práticas, por exemplo, quando campanhas de agitação contra representantes culturais misóginos são confundidas com programas de censura do estado, ou quando lutas para desprivatizar o trabalho doméstico e os cuidados infantis são equiparados a mercantilização. Em ambos os casos, o resultado é ocultar (ocultar) a questão se se devem submeter os problemas de gênero à lógica do mercado ou Estado administrativo é para promover a libertação das mulheres¹⁰ (FRASER, 1993, p. 57).

Dessa maneira, o conceito de esfera pública nos permite manter em vista as distinções entre mercados econômicos e associações democráticas e aparatos de estado, distinções que são essenciais para a teoria democrática. Segundo Juliana Souza (2016), este conceito pós-burguês formulado pela autora tem a intenção de desvelar os mecanismos de racionalidade da dominação política, que acentuou as exclusões significativas, principalmente relacionadas a gênero e classe. Dessa maneira também desvela os mecanismos de exclusão das mulheres da vida política com a formulação do modelo de discurso e comportamento “virtuoso e viril”, reforçando a visão de sociedade fálica e sexista (SOUZA, 2016, p.19).

Sobre tal aspecto, Iris Young corrobora com o argumento de Fraser (1992) ao debater o paradigma do raciocínio moral que, segundo a teórica,

[...] consiste na adoção de um ponto de vista imparcial e impessoal sobre uma situação, distanciado de quaisquer interesses particulares em jogo, ponderando igualmente todos os interesses e chegando a uma conclusão que esteja em conformidade com os princípios gerais da justiça e dos direitos, aplicados de forma imparcial ao caso em questão (YOUNG, 2012, p. 169).

⁹ Tradução Livre.

¹⁰ This expression has been used by many feminists to refer to everything that is outside the domestic or familial sphere. Thus, "the public sphere" in this usage conflates at least three analytically distinct things: the state, the official-economy of paid employment, and arenas of public discourse. Now, it should not be thought that the conflation of these three things is a "merely theoretical" issue. On the contrary, it has practical political consequences, for example, when agitational campaigns against misogynist cultural representations are confounded with programmes for state censorship, or when struggles to deprivatize housework and child care are equated with their commodification. In both these cases, the result is to occlude the question whether to subject gender issues to the logic of Market or the administrative state is to promote the liberation of women.

Para a autora, esse raciocínio é baseado no discurso da justiça e dos direitos, como um mito utópico que não atinge seu objetivo e ainda cumpre funções ideológicas, entre elas a de mascarar “as formas pelas quais as perspectivas particulares de grupos dominantes reivindicam universalidade e colabora para justificar estruturas hierárquicas de decisão” (YOUNG, 2012, p. 170 e 171).

Fraser aponta que pesquisas feministas documentaram que em reuniões como, por exemplo, em faculdades ou outros espaços de deliberações, os homens tendem a interromper as falas das mulheres mais do que o contrário, e também que os homens tendem a prolongar suas falas. Outra característica é o fato das questões levantadas pelas mulheres serem mais ignoradas ou não respondidas (FRASER, 1992, p. 54).

Para Martino (2014, p. 90), mais do que um lugar físico, a esfera pública é um espaço abstrato formado na interação entre os indivíduos na discussão de temas que lhes dizem respeito, enfim, tratam-se dos espaços de deliberação e debate sobre aquilo que interessa à vida pública, tomadas de decisões coletivas referentes aos interesses gerais. Dessa maneira, teoricamente, se esses espaços fossem de fato inclusivos, sem restrições de nenhuma natureza, cumpririam o papel de comunicação entre a sociedade civil e o Estado, o que reitera o caráter heterogêneo desses espaços apontado por Biroli (2014) e apontado por Fraser:

Até agora, tenho argumentado que a concepção burguesa de esfera pública é inadequada na medida em que supõe que a igualdade social não é uma condição necessária para a paridade participativa nas esferas públicas. O que se segue disso para a crítica da democracia realmente existente? Uma tarefa para a teoria crítica é tornar visíveis as formas pelas quais as desigualdades sociais infectam formalmente as esferas públicas existentes e corrompe a interação discursiva dentro delas (FRASER, 1992, p. 65).

Esse debate sobre as dificuldades de inserção na esfera pública, no sentido de participação, tendo em vista que sua característica é a de concentração de grupos hegemônicos, nos leva à reflexão sobre como seriam as estratégias dos grupos excluídos para inserir suas demandas nesses espaços.

Fraser problematiza que em sociedades estratificadas, “arranjos os quais melhor acomodam contestação entre uma pluralidade de públicos concorrentes promovem melhor o ideal de paridade participativa do que uma abordagem única, abrangente do público”. Para a autora não é possível isolar arenas discursivas especiais dos efeitos da desigualdade social, e quando essa desigualdade persiste, os processos “deliberativos nas esferas públicas tendem a operar na vantagem dos grupos dominantes e em detrimento dos subordinados” (FRASER, 1992, p.66). No caso de uma única e abrangente esfera pública, essas questões tendem a

ampliar seus impactos.

Ainda em seu argumento, a autora discorre sobre essa característica de unidade e abrangência da esfera pública na qual os membros dos grupos subordinados não teriam necessariamente espaços ou arenas de deliberação entre eles para formularem suas necessidades, objetivos e estratégias.

Eles não teriam locais para empreender processos comunicativos que não eram, e eram sob a supervisão de grupos dominantes. Nessa situação, seria menos provável de que "encontrassem a voz ou as palavras certas para expressar seus pensamentos", e mais prováveis de que "mantenham-se silenciados". Isso os tornaria menos capazes de articular e defender seus interesses na esfera pública abrangente. Seriam menos capazes, do que de outra forma, de expor modos de deliberação que mascaram a dominação ao "absorver os menos poderosos em um falso 'nós' que reflete o mais poderoso" (FRASER, 1992, p. 66).

Partindo dessa reflexão e pensando o público a partir da perspectiva da comunicação, considerando a afirmação do mesmo não comportar todas as vozes, torna-se necessária a organização de coletivos com a finalidade de formular, discutir e transpor para a esfera pública suas demandas. Dessa maneira, em específico, os movimentos feministas e suas ações no ciberespaço se inserem nesta análise enquanto coletivos contestatórios.

Em relação aos movimentos sociais feministas, por exemplo, e sua participação em uma democracia, Lubenow (2012, p. 202) afirma que os mesmos influenciam a vida política por meios públicos de comunicação, participação e deliberação, dessa forma, contribuem para a tematização, discussão pública e tomada de decisões. Não podemos considerar necessariamente que, em sua constituição, tais grupos sejam homogêneos em seu interior, mas apresentam pontos em comum, ou seja, são indivíduos que se unem para a formulação de preferências, discutir as diferenças, demandas, agendas temáticas e pressão popular mesmo não fazendo parte de uma esfera pública hegemônica. Fraser sugere que chamemos de *subaltern counterpublics* grupos contestatórios dessa natureza:

Eu não sugiro que *subaltern counterpublics* são sempre necessariamente virtuosos. Alguns deles são explicitamente antidemocráticos e não igualitários, e mesmo aqueles democráticos e com igualitárias intenções ainda assim praticam seus próprios modos de exclusão informal e marginalização. Ainda assim, na medida, estes *counterpublics* ajudam a expandir espaços discursivos. Em princípio, os pressupostos que estavam anteriormente isentos de contestação serão agora discutidos publicamente. Em geral, a proliferação de *subaltern counterpublics* significa um alargamento da contestação discursiva, e isso é uma coisa boa em

sociedades estratificadas (FRASER, 1992, p. 67)¹¹.

Ao analisar as democracias latino-americanas, Avritzer e Costa (2004, p. 272) consideram a relevância do conceito de *subaltern counterpublics*, que destaca o papel daqueles atores sociais que representam grupos tradicionalmente excluídos do espaço público, mas que, ao mesmo tempo, denunciam os limites do espaço político estabelecido e reivindicam seu direito de participar nele. Os autores mencionam como exemplos de contrapúblicos *As Madres de la Plaza de Mayo* na Argentina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, ou o *Ejército Zapatista de Libertación Nacional* no México, pois constituem movimentos não institucionais justamente para pressionar o Estado. No Brasil, outros dois exemplos que podem ser citados são a Marcha das Mulheres Negras, realizada em 2016, em Brasília, e a Marcha das Margaridas, realizada a cada três anos, também no Distrito Federal, por mulheres trabalhadoras rurais.

Michael Warner (2002) apresenta semelhantes definições sobre o conceito, sendo públicos e contrapúblicos o título de uma coleção de ensaios desse crítico literário que é considerado um dos fundadores da Teoria Queer¹². Warner explora os conceitos de publicidade e a analisa sobre como se fazer pública sem necessariamente se alinhar com a política subalterna. Ele enfatiza a agência da cultura nas formas de arte, na fala em público, na mídia e performance e analisa a forma como as pessoas podem usar a cultura para criar um espaço para si no mundo social.

Em outras palavras, Warner não aborda o cruzamento de públicos e da política, mas sim como as pessoas se expressam como indivíduos e grupos através de participação em subculturas alternativas. Públicos e contrapúblicos é uma resposta direta ao trabalho de Jürgen Habermas, que percebeu a esfera pública como uma utopia democrática liberal, onde o debate contínuo assegura a igualdade de cidadania, conforme já foi exposto.

¹¹Tradução nossa do trecho: I do not suggest that subaltern counterpublics are always necessarily virtuous. Some of them are explicitly antidemocratic and antiegalitarian, and even those with democratic and egalitarian intentions are not always above practicing their own modes of informal exclusion and marginalization. Still, insofar as these counterpublics, they help expand discursive space. In principle, assumptions that were previously exempt from contestation will now have to be publicly argued out. In general, the proliferation of subaltern counterpublics means a widening of discursive contestation, and that is a good thing in stratified societies.

¹² A Teoria Queer propõe o questionamento as epistemes (pressupostos de saber) ao que entendemos como verdade, as noções de uma essência do masculino, de uma essência do feminino, de uma essência do desejo. Para a Teoria Queer é preciso olhar para esses conceitos e tentar perceber que não se trata de forma alguma de uma essência, ou mesmo, que não há uma ontologia do todo mas no máximo, uma relação de mediação cultural dos marcadores biológicos (VIEIRA, 2015. In: Revista Fórum).

Fundamentalmente mediado por formas públicas, contrapúblicos incorporam o endereço impessoal – pessoal e o estranhamento expansivo do discurso público como a condição de seu mundo comum. Talvez nada demonstre a importância de públicos discursivos no imaginário social moderno mais do que isso – que até os contrapúblicos que desafiam a hierarquia social das faculdades modernas o fazem projetando o espaço da circulação discursiva entre estranhos como uma entidade social, e fazendo assim suas próprias subjetividades em torno das exigências da circulação pública e da sociabilidade mais estranha (WARNER, 2002, p. 424).

Warner, no entanto, acredita que o público não é uma entidade coesa, mas, na verdade, composto de vários *counterpublics* reflexivos que respondem ao público habermasiano e que exclui os interesses de potenciais participantes.

O conceito de esfera pública formulado por Habermas é um tipo ideal sonhado para uma democracia plena em que o comunicar, o ser ouvido, o negociar e o deliberar aconteceriam necessariamente dessa maneira horizontal para todos os grupos, porém, em um país desigual como o Brasil, essa formulação torna-se utópica, pois configurou-se aqui uma esfera pública seletiva, com altos índices de exclusão em diferentes campos, como a educação. Dessa maneira, é imperativo a participação e permanência segmentos dominantes formulando temas a serem debatidos, que na maioria das vezes não passam pelo conhecimento da maioria da população.

Em síntese, neste primeiro capítulo foram apresentadas as dicotomias dos conceitos de esfera pública e esfera privada como formulações necessárias para a compreensão da proposta de *subaltern counterpublics* apresentada na teoria de Nancy Fraser. O conceito de esfera pública aqui é constituído por meio das formulações habermasianas da interação e comunicação que compõe as estratégias de formulação de demandas e comunicação das mesmas e também de poder de convencimento. A esfera pública é, portanto, entendida como o domínio social das discussões em que os cidadãos privados se engajam quando reunidos em públicos. Já a esfera privada é aquela que guarda a intimidade, sendo que, na divisão social de gênero, ficou relegado às mulheres como forma de cuidado com a família, reduto da reprodução e das necessidades biológicas, tradicionalmente longe da intervenção estatal (MORA, 2014), trazendo uma noção de um espaço de expressão feminina.

As construções das dicotomias público e privado começam a ser questionadas principalmente pelos movimentos feministas quando surgem com o slogan “o pessoal é político” em meados dos anos 1970. Tendo em vista que as assimetrias constituídas no espaço privado e legitimadas por discursos de diferenças biológicas permaneceram inquestionáveis com a doutrina liberal, “a separação das esferas, portanto, foi o elemento que permitiu não pensar a família como parte integrante do mundo social” (LORETONI, 2006, p. 502).

Foi a partir dos movimentos feministas que se passou a pensar que ao excluir o que ocorre na esfera privada, conseqüentemente se estende para a esfera pública as relações de poder e desigualdades nos arranjos privados. Biroli (2014) afirma que o feminismo demonstra que é impossível deslocar a esfera política da vida social, a vida social da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática.

Porém, Nancy Fraser (1992) aponta para os problemas que uma esfera pública liberal apresenta, pois ao se constituir por grupos sociais hegemônicos com o monopólio dos meios de comunicação, bem como espaço de voz e formulações de demandas, muitos outros grupos não seriam incluídos horizontalmente nos debates, como as mulheres por exemplo. Nancy então propõe que tais grupos sociais subordinados ou não hegemônicos utilizam estratégias em arenas discursivas paralelas onde inventam e circulam contradiscursos, que, por sua vez, lhes permitem formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades, o que ela chama de *subaltern counterpublics*. Quando Nancy cita tais formulações é justamente porque elas são realizadas em sua maioria por grupos dominantes. Nesse sentido, o *subaltern counterpublics* propicia aos grupos formulações próprias a partir de suas negociações, o ativismo online ou ciberativismos.

2. OS BLOGS COMO SUBALTERN COUNTERPUBLICS

Considerando o contexto das discussões sobre a esfera pública e a privada e o *subaltern counterpublics* como espaços de estratégias de grupos não hegemônicos, essa pesquisa se insere no debate dos usos sobre novas formas de comunicação a partir da internet e os espaços de produção discursiva nas redes de compartilhamento.

Como o espaço online passa a ser um lugar discursivo possível para o ativismo feminino, por exemplo, por meio dos blogs utilizados para o compartilhamento, agrupamento e produção de conteúdo, é pertinente o emprego do conceito de *subaltern counterpublics* proposto por Nancy Fraser (1992), que na definição da autora se trata das arenas discursivas paralelas nas quais os membros dos grupos socialmente subordinados articulam e circulam contradiscursos para formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades criadas por grupos hegemônicos.

A história registra que membros de grupos sociais subordinados – mulheres, trabalhadores, pessoas de cor, gays e lésbicas – tem repetidamente achado vantajoso constituir públicos alternativos. Eu proponho chamar esses públicos de “*subaltern counterpublics*” para sinalizar que eles são arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, que

por sua vez, permitem que eles formulem interpretações “opostas” das identidades, interesses e necessidades¹³ (FRASER, 1992, p. 67).

Aqui se insere nosso recorte de pesquisa, os blogs ativistas *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras*. Os discursos construídos nas mídias sociais são exemplos de estratégias que muitos grupos utilizam para formulação de suas subjetividades a partir da construção coletiva do movimento feminista por meio do espaço das redes. Essas blogueiras se conectam, estando em lugares diversos geograficamente, ao constatarem semelhanças nas vivências cotidianas. Dessa maneira, há dialética na alimentação dos conteúdos dos blogs e concomitantemente o movimento dos fluxos do que é o feminismo historicamente dito e o que elas vivenciam e reconfiguram a cada discussão levantada.

A imagem abaixo, com um trecho do texto de apresentação do *Blogueiras Negras*, nos dá a dimensão à representatividade que esses blogs têm para elas. São mulheres na busca por voz e espaço que veem na internet um potencial recinto para circulação da escrita dos contradiscursos, se colocando ao mesmo tempo como emissoras e receptoras:

Somos uma comunidade muito produtiva de blogueiras, com aproximadamente 200 autoras, mulheres e negras dispostas a tornar a escrita uma ferramenta contra opressões incidentes sobre a mulher negra como racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, homofobia, classismo e gordofobia. Nós também somos uma comunidade, área de recepção, de energia, de reabilitação e de visibilidade, além de espaço para perguntas, palavras e pedidos de mulheres negras. Acreditamos, especialmente após 2 anos de existência, que a troca de experiências e de opiniões através do ativismo compartilhado não é apenas desejável, mas imprescindível. Nós celebramos quem somos, quem fomos e quem queremos ser.

O Blogueiras Negras é construído por uma comunidade de mulheres comprometidas com gênero e raça. Este grupo reuniu-se e institucionalizou em um site (blogueirasnegras.org/), que reúne e estimula a produção para veículos de comunicação independentes produzidos por e para mulheres negras. Estamos trabalhando com histórias de vida e interesses diversos; juntando esforços em torno de questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Nós fazemos nossa própria história através de nossa própria escrita, uma ferramenta de luta e resistência. Viemos para contar nossas histórias, nos exercitamos numa atividade que é continuamente negada em uma sociedade estruturalmente desigual e discriminatória.

Somos uma comunidade online e offline, um coletivo de mulheres negras que escrevem, falam e produzem conhecimento a partir de suas vivências e experiências como mulher negra. Temos o feminismo negro como plano de fundo e assim como nos alimentamos dele, nos esforçamos e tentamos construir para que possamos alimentá-lo com nossas histórias, nossas experiências e nossa prática.

Figura 1 – Trecho do texto **Quem somos**
Fonte: *Blogueiras Negras*.

¹³ Tradução livre: This history records that members of subordinated social groups-women, workers, peoples of color, and gays and lesbians-have repeatedly found it advantageous to constitute alternative publics. I propose to call these subaltern counterpublics in order to signal that they are parallel discursive arenas where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses, which in turn permit them to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>
Último acesso em 27/03/2017.

Esse trecho é parte do texto de apresentação do *Blogueiras Negras*, página que tem origem no Brasil no ano de 2013, mas que se articula anteriormente, que vem de um projeto anterior, conforme exposto na seguinte postagem:

Não por acaso, temos em nossa origem a **Blogagem Coletiva Mulher Negra** cujo objetivo foi a aproximação de discussões acerca do Dia da Consciência Negra e do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. O sucesso do projeto revelou não somente a existência de um grupo de blogueiras negras e afrodescendentes escrevendo muito bem e muito; mas também a necessidade de criarmos espaços de visibilidade para produção tão significativa.

Figura 2 – Trecho do texto **Quem somos**

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>
Último acesso em 27/03/2017



Figura 3 – **Blogagem coletiva mulher negra**

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <https://blogagemcoletivamulhernegra.wordpress.com/>
Último acesso em 27/03/2017

O *Blogueiras Negras* é um blog colaborativo, coordenado e produzido atualmente por duas mulheres negras, Charô Nunes e Larissa Santiago, responsáveis por uma equipe que seleciona os textos a serem publicados além da manutenção do espaço. Nesse blog também as

mulheres se identificam assinando os textos com um perfil. O blog conta com a colaboração de aproximadamente 200 autoras e tem como posicionamento político somente a participação de mulheres negras, isso justifica-se pelos séculos de opressão e silenciamento da mulher negra na sociedade e dentro do movimento feminista, dentre essas pressões inserem-se racismo, sexismo, classismo, entre outros.

O *Blogueiras Negras* disponibiliza hiperlinks em outras mídias, como Facebook e Twitter. No Twitter, o coletivo contava com 16,8 mil seguidores até a data 17 de março de 2017.



Figura 4 – Twitter *Blogueiras Negras*

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <https://blogagemcoletivamulhernegra.wordpress.com/>

Último acesso em 27/03/2017

A página do *Blogueiras Negras* no Facebook contava com expressivas 230.992 curtidas até a data 17 de março de 2017.



Figura 5 – Facebook Blogueiras Negras

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <https://www.facebook.com/blogueirasnegras/?fref=ts>

Último acesso em 28/03/2017

A estrutura visual da página *Blogueiras Negras* é bastante completa no que se refere aos temas e organização de sessões, as publicações são em ordem cronológicas e as categorias estão subdivididas em Identidade, Resistência, Saúde e Beleza, Estilo de Vida, Cultura, Colunas e Popular, configura-se na estrutura de um site.

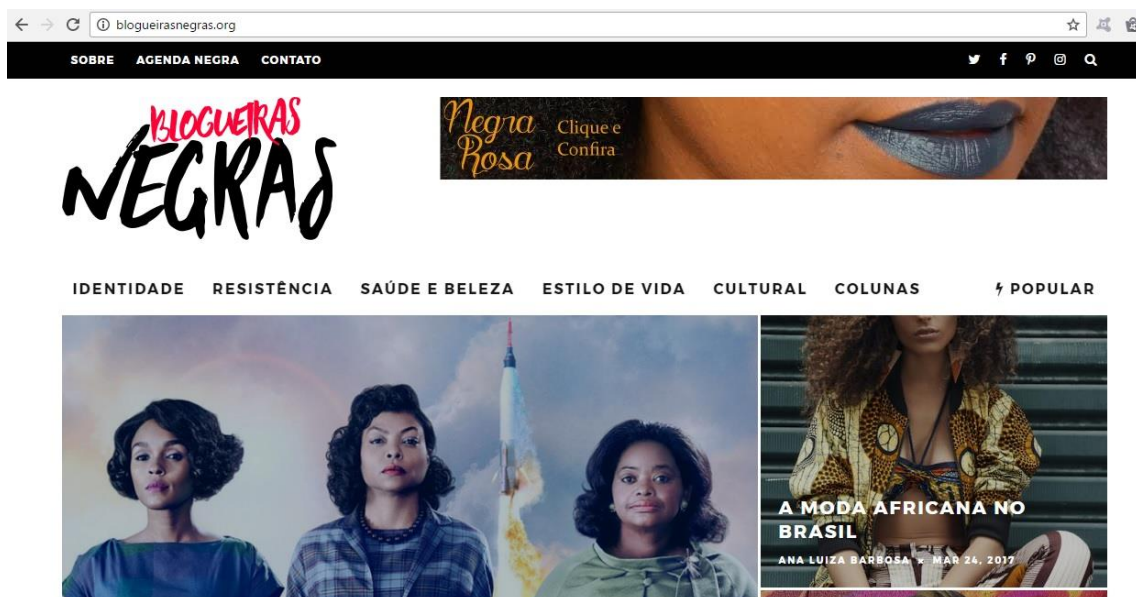


Figura 6 – Primeira página.

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/>

Último acesso em 27/03/2017.

IDENTIDADE RESISTÊNCIA SAÚDE E BELEZA ESTILO DE VIDA CULTURAL COLUNAS ⚡ POPULAR

ULTIMOS POSTS



ESTRELAS ALÉM DO TEMPO E A URGÊNCIA DO DEBATE SEM MEIAS VERDADES

JENNIFER FERREIRA x MAR 27, 2017

Não tem como pensar em feminismo sem pensar na especificidade de cada mulher. É nesse sentido que o feminismo interseccional se mostra necess...

CINEMA CULTURA 0 COMENTÁRIOS 0 VISUALIZAÇÕES



A MODA AFRICANA NO BRASIL

ANA LUIZA BARBOSA x MAR 24, 2017

Moda Afro Okan, Pinterest A cultura negra é uma das mais ricas e belas do mundo, trazendo uma história que deve ser respeitada e conheci...

RASCUNHO 0 COMENTÁRIOS 189 VISUALIZAÇÕES 0



TANGERINE OU: CINDERELA FURIOSA

ALINE DJOKIC x MAR 22, 2017

A trama do filme Tangerine (2015) de Sean Baker é bem simples: Sin-Dee Rella, travesti, negra e que trabalha como prostituta descobre qu...

RASCUNHO 0 COMENTÁRIOS 143 VISUALIZAÇÕES 0

Figura 7 – Posts recentes.

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/>

Último acesso em 27/03/2017.

No *Blogueiras Negras*, as escritoras enfatizam a questão do feminismo interseccional, ou seja, o feminismo que inclui as mulheres negras como protagonistas e questiona o fato de o feminismo branco não dar conta de suas demandas, ignorando assim, a questão racial. Dessa maneira, as mulheres negras falam sobre a necessidade de um feminismo que direcione seu olhar para outras questões, por exemplo, a racial e de classes, que denunciam diferentes marcadores de opressão que se inter-relaciona, com a opressão de gênero.

MISSÃO

Nossa missão é promover a livre produção de conteúdo, partindo do princípio de que às mulheres negras sempre lhes foi negado lugares e discursos. Queremos dar visibilidade aos nossos assuntos e nos tornarmos protagonistas de nossas lutas e vidas.

Nossa missão é também resignificar o universo feminino afrocentrado através da gravação de nossas histórias, teorias e sentimentos. A produção escrita é a principal forma em que nós construímos a nossa própria identidade como mulheres negras de ascendência africana. Mulheres, caneta e teclado para reinventar a tela e amplificar nossas vozes e nossas vidas, produzindo informação para fazer a cabeça.

Figura 8 – Missão.

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>

Último acesso em 27/03/2017.

OBJETIVOS

Produzir e publicar conteúdos das diversas linguagens e nos mais variados suportes: blog, vídeos, livros, áudios, visando sempre visibilizar e difundir conteúdo produzido por mulheres negras, conteúdos esses de diversos gêneros literários e temas, desde que tenham cunho feminista, antirracista e se posicionem contra as principais opressões que assolam nossas mulheres e homens negros.

Promover e celebrar a cultura afrodescendente através da mídia negra, usando como instrumentos as bases midialivristas e democráticas de comunicação, buscando sempre o diálogo com a sociedade, sempre deixando nossos espaços abertos a interação, contribuindo com a comunidade na troca de informação.

Figura 9 – **Objetivos.**

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>

Último acesso em 27/03/2017.

O *Blogueiras Feministas* foi criado no primeiro turno das eleições de 2010 e é descrito como um blog coletivo com publicações de mais de 70 pessoas. Esse espaço é coordenado atualmente por duas militantes, Bia Cardoso e Thayz Athayde, que contam com o auxílio das editoras Iara Paiva, Jussara Cardoso, Jussara Oliveira, Liliane Gusmão, Luciana Nepomuceno, Patrícia Guedes, Rafaela Cotta e Vanessa Rodrigues na avaliação de conteúdo, que são enviados pelo e-mail da página,

No espaço de apresentação e descrição do blog, a informação que temos é de que a sua temática principal é o feminismo e todos os assuntos que perpassam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um blog político que se posiciona em não publicar textos enviados que sejam contrários às construções produzidas por elas. Os questionamentos e debates ficam reservados para a parte de comentários, que são gerenciados pelas editoras. Todas as publicações são assinadas pelas autoras como posicionamento político e de responsabilidade.



Figura 10 – Página inicial.

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/>

Último acesso em 27/03/2017.

A distribuição dos conteúdos é em ordem cronológica, as mais recentes ficam na página de abertura. Sobre as classificações de busca ao iniciarmos nosso reconhecimento, compreendemos que não necessariamente seguem a ordem que as blogueiras especificam referente a temas, isso porque muitos textos se repetem quando selecionamos classificações de temas diferentes. Uma das maneiras para pesquisa pode ser o uso de palavras-chaves. Há o direcionamento de hiperlinks em algumas mídias como Twitter e Facebook com expressiva participação. Abaixo, vemos a página do *Blogueiras Feministas* no Twitter, onde contava com 37,7 mil seguidoras até a data de 17/03/2017.



Figura 11 – **Twitter Blogueiras Feministas.**
 Fonte: *Blogueiras Feministas*.
 Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/>
 Último acesso em 27/03/2017.

Abaixo, a página do *Blogueiras Feministas* no Facebook, com 86.975 curtidas até a data 17/03/2017:



Figura 12 – **Facebook Blogueiras Feministas.**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.
Disponível em <https://www.facebook.com/blogueirasfeministas/?fref=ts>
Último acesso em 28/03/2017.

As publicações não têm uma periodicidade estabelecida, ao todo somam-se 519 páginas de publicações de textos, vídeos e fotos dentro dos blogs. Há também uma sessão voltada para denúncias e ajuda.

AJUDA E DENÚNCIAS

- [Assistência Jurídica Para Mulheres](#)
- [Atendimento ao Aborto Legal](#)
- [Cartilha: Chega de Fiu-Fiu](#)
- [Como Denunciar Casos de Violência Sexual](#)
- [Disque 100 – Direitos Humanos](#)
- [F.A.Q. Jurídico: Violência Virtual](#)
- [Ligue 180: Central de Atendimento à Mulher](#)
- [O Que Fazer Em Caso de Estupro](#)
- [O Que Fazer Em Caso De Violência Doméstica](#)
- [Ouvidoria Interna da SPM](#)
- [Rede de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência](#)
- [Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher](#)

Figura 13 – **Página inicial.**
Fonte: *Blogueiras Feministas*.
Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/>
Último acesso em 27/03/2017.

Nossa Memória

Somos de várias partes do país, com diferentes experiências de vida. Somos feministas.

Durante o primeiro turno das eleições de 2010, [Maria Frô](#) enviou um email para várias colegas feministas com o objetivo de colher opiniões sobre questões políticas relacionadas a mulher. As conversas por email foram tão produtivas que [Cynthia Semiramis](#) decidiu criar um grupo de discussão, onde feministas poderiam trocar informações e debater sobre assuntos diversos. O grupo cresceu e surgiu a necessidade de se criar um blog, para espalhar nossas ideias e mostrar o quanto o feminismo é um movimento plural.

Como bem disse a [Tica Moreno](#): *Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer videos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa idéia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade.*

Figura 14 – **Nossa memória.**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/about/nossa-memoria/>

Último acesso em 27/03/2017.

Também compreendemos como posicionamento político o fato das editoras se reconhecerem enquanto feministas interseccionais, pois mostram que as clivagens e negociações de discursos são entendidos pelas blogueiras como uma maneira de reconfiguração dos movimentos feministas, aqui demarcam que o plural é apreendido. Ao nomear-se com a descrição “interseccional” o posicionamento está na intenção de abertura para outros segmentos que não necessariamente do que apontamos como feminismo hegemônico.

Editorial

Nosso objetivo é discutir feminismo. Em suas pluralidades e particularidades. Nas suas benesses e feridas. Além disso, queremos refletir sobre questões que cercam a formação de um mundo mais justo e igualitário para TODAS as pessoas.

Este é um blog político, portanto, nos reservamos ao direito de não publicar textos que sejam contrários a nossos posicionamentos. Primamos pela crítica as estruturas e instituições, não a indivíduos.

Buscamos não difundir preconceitos e buscamos utilizar os princípios da interseccionalidade em nossos textos. Nem sempre somos bem sucedidas, por isso, para que o aprendizado seja conjunto e que a mudança seja uma possibilidade de construção coletiva, preferimos que críticas sejam feitas abertamente, em público. Afinal, esse é um blog feito por muitas mãos, olhos, cérebros, dedos, pernas, ouvidos, pulmões e corações. Uma colcha de retalhos que dialoga por meio de diversas vozes, opiniões, pensamentos e personalidades.

Figura 15 – Trecho do texto **Editorial**.

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/editorial/>

Último acesso em 27/03/2017.

Observa-se que as mudanças provem dessas negociações discursivas no trecho do mesmo editorial do qual as *Blogueiras Feministas* reconhecem as abordagens anteriores com caráter discriminatório, o que remete às opressões dentro do movimento, e comprometem-se a novas abordagens mais democráticas.

Tudo que aqui está publicado é responsabilidade nossa, como coletivo. A proposta atual é fazer um espaço virtual mais amplo e democrático. Entendemos que mesmo buscando a pluralidade erramos em alguns momentos. Portanto, vasculhando os arquivos é possível encontrar textos com vestígios racistas, gordofóbicos, transfóbicos, classistas, capacitistas, lesbofóbicos, bifóbicos, homofóbicos, entre outros preconceitos tão arraigados em nós. Há também a questão da invisibilidade, na maioria de nossos textos damos voz a mulher branca, heterossexual, cissexual, de classe média.

Não acreditamos em estereótipos. Não acreditamos em verdades absolutas. Não acreditamos no feminismo como uma cartilha e nem como religião. Nosso feminismo é político e está constantemente em construção. Aberto para agregar ideias, valores e conceitos. Pronto para reconhecer privilégios e contradições. Disposto a questionar universalizações e essencialismos. Temos o desafio de propor, lutar e implementar mudanças sociais que construam uma sociedade melhor para TODAS as pessoas.

Figura 16 – Trecho do texto **Editorial**.

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/editorial/>

Último acesso em 27/03/2017.

O movimento importante aqui é o quanto essa construção política das *Blogueiras Feministas* atenta para as demais opressões denunciadas por outros grupos como o aqui

também analisado, *Blogueiras Negras*. Esse reconhecimento não é um exercício pronto e acabado, ele é uma intenção de compreender o lugar de fala, pois não somente há o silenciamento na esfera pública hegemônica, esses grupos estão em constante disputa de sentidos.

2.1 A escritura dos blogs

Os blogs, a princípio, eram conhecidos como um diário pessoal na internet, mas começaram “a ser explorados como canais alternativos de divulgação de informações “paralelas àquelas divulgadas pela mídia impressa e audiovisual” (MARTINO, 2014, p. 170), os blogs então, vão tomando formatos variados de usos.

De acordo com Schittine (2004) os *blogs* são como um diário digital de escrita íntima e curta. Basicamente, se trata de um conjunto de mensagens curtas ou longas que são conhecidas como *posts*. Tais mensagens são classificadas em ordem decrescente de data da postagem, assim, no contexto do ativismo político, eles ganham notoriedade, pois popularizaram a publicação de conteúdo.

Os blogs criaram uma rede de informações e comunicação alternativa às mídias tradicionais. É o que se percebe com as diversas comunidades de blogs que têm formado-se nos últimos anos, que compõem o que se convencionou chamar por blogosfera. De forma geral, a blogosfera é composta por “blogueiros” independentes que criam suas redes e promovem debates, discussões e ações à margem da mídia tradicional. [...] As notícias dos principais blogs já foram incorporadas pelo jornalismo online. Elas estão presentes nas chamadas dos grandes portais de notícias, com hiperlinks de direcionamento para blogs (PENTEADO, SANTOS, ARAÚJO, 2009, p.160).

Dentre as redes de informações criadas nesses espaços, o ciberativismo é crescente, pois os blogs possibilitam maior liberdade de produção de informações, organizações de protestos, marchas e encontros.

Um movimento de análise importante dos blogs se refere ao quanto as análises feitas pelos blogueiros tornam-se, de acordo com cada segmento, referências para os seus seguidores. No caso daqueles com conteúdo políticos, é a partir dessas análises que os seus usuários compreenderão o universo da política e entrarão em contato com os temas e discussões.

Nosso problema de pesquisa enfoca justamente os blogs porque se configuram em ferramentas que fazem parte do espaço midiático *online* e atuam como divulgadores das ideias

na rede que são alimentadas pela produção coletiva dessas mulheres.

A escolha pelos blogs *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras* se deu pelas discussões levantadas coletivamente a partir do ciberativismo, ou seja, pelas as práticas e pelos usos desses espaços com fins políticos, características essas que não são exclusividade das blogueiras, mas vem se intensificando nas últimas décadas com a emergência das tecnologias de informação e comunicação (TIC) dentre as quais a internet está inserida (PENTEADO, SANTOS, ARAÚJO, 2009).

Manoel Castells (2001) e Pierre Lévy (2009) são exemplos de autores que se debruçam a compreender as novas estruturas formadas no campo da cidadania digital e das redes sociais, as quais conferem dimensões ampliadas e inovadoras ao exercício da cidadania a partir das plataformas de interação em tempo real entre utilizadores das TICS em todo o mundo¹⁴.

Pensando em um sentido mais amplo sobre as redes de compartilhamentos, os *Blogs Blogueiras Negras* e *Blogueiras Feministas* surgem como estratégias de empoderamento, de construção das identidades, dos discursos e das demandas feministas em coletividade no *subaltern counterpublics*. Isso permite a emergência e exposição de uma gama de discussões que não encontram espaços ou que são abordados superficialmente nas vias públicas mais tradicionais. Para Fraser (1990, p. 67) por meio da argumentação e da visibilidade de debates é possível, eventualmente, exercer pressão sobre o espaço público.

Os blogs feministas são exemplos de transformações desses ambientes virtuais para a interação, formação e informação política, construções e desconstruções das identidades. Há grande participação em debates nesses espaços como um exercício para se pensar a sociedade e suas estruturas, voltadas para a questão da mulher. Através de publicações, compartilhamento e comentários, são latentes principalmente as discussões sobre temas comuns ao universo feminino.

As escritoras participam da construção do espaço político *online* a partir da vivência *offline*, gerando a constituição de uma identidade política feminina vivenciada e essas vivências apontam para a presença da mulher na vida pública, marcada por diferentes dinâmicas sociais. As autoras do blog constroem sua representatividade no espaço online e se definem como blogueiras políticas a partir dos temas e posições adotadas nas publicações.

Os blogs constituem-se em ferramentas para que diferentes experiências sejam

¹⁴ Endereço eletrônico: http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=5016&fs=imprimir#_edn1. Último acesso em 03/01/2017.

compartilhadas por mulheres do país inteiro, gerando muitas vezes empatia para questões relacionadas a política nacional, estruturas sociais, imagem, questões raciais, aborto, violência doméstica, cotidiano, cultura, avanços científicos sobre os movimentos sociais, etc. São espaços que expressam a maneira como os *blogs* formulam a identidade feminina, como essa identidade circula, sendo capaz de dizer algo a respeito da forma pela qual a figura feminina participa do universo político mais amplo. Eles abarcam questões que, no contexto das dinâmicas políticas de representação e discussão de políticas públicas, não se materializam pelo fato de ter baixa representatividade no sentido de grupos na esfera pública institucional.

Rago, ao desenvolver sua pesquisa a partir de entrevistas com algumas feministas históricas de diferentes áreas de atividades no Brasil, utiliza-se da estratégia de análise de Foucault da “escrita de si”, corroborando com a ideia aqui apresentada, de que a produção das blogueiras configuram-se de um mesmo significado, no que a autora descreve como, no caso dos feminismos, prática da liberdade constitutiva das “estéticas da existência”, a partir “da linguagem e da escrita como prática de relação renovada de si para consigo e também para com o outro” (RAGO, 2013, p. 29).

Tanto as *Blogueiras Negras* quanto as *Blogueiras Feministas* têm como objetivo a importância e necessidade de orientar as mulheres para uma desconstrução do ser social feminino e todas as implicações que isso traz. São espaços de empoderamento porque por meio de uma rede, articulam escritoras e leitoras em todas as partes do país, ou do mundo, à discussão de assuntos considerados tabus. As experiências coletivas e individuais são fontes de trocas construtivas e que encontram nesses espaços terrenos férteis para articulações que ultrapassam questões territoriais.

Partindo da nossa problemática inicial, ou seja, o objetivo de compreender a presença dos blogs feministas no universo *online*, tomando como hipótese de investigação o conceito de *subaltern counterpublics*, destacamos que tais blogs se constituem como um espaço possível para a construção de representatividade para os movimentos feministas. A partir desse novo espaço discursivo, observamos o empoderamento político dessas mulheres na rede, o que possibilita uma circulação e visualização maior de suas ideias e pensamentos acerca da política na nossa sociedade.

O espaço de publicação, compartilhamento e discussões propiciados pelas redes sociais, nesse caso específico, é considerado nessa dissertação para além da dicotomia público e privado. Em outras palavras, são as experiências dessas duas esferas e as dificuldades que as escritoras e leitoras encontram de pertencimento nas arenas de disputas na esfera pública que faz do *counterpublics* uma alternativa estratégica de ativismo político. Também por serem

espaços de grande potencial de disseminação viral de conteúdo, esses coletivos feministas conseguem formar uma rede colaborativa de mulheres e de seguidoras, causando empatia e de certa maneira, reconhecimento.

As blogueiras apresentadas nessa dissertação criam esses espaços por serem minorias na esfera pública, reconhecendo que suas demandas entram em pautas, em grande parte, por sub-representações. Essas estratégias nem sempre são propositais – no sentido de articulação – mas é notável que nascem com o intuito de dividirem experiências de vida, tanto militante quanto de suas relações sociais, criando empatia e buscando por meio de contestações no espaço *online*, paridade na participação. Para Fraser “[...] participação significa ser capaz de falar 'na sua própria voz', e com isso construir e expressar simultaneamente sua identidade cultural através do idioma e estilo” (1998, p.69)¹⁵.

A possibilidade de usar a internet como meio de comunicação, contribui para o exercício da cidadania, mais especificamente, segundo Millette (2014), no sentido de articulação e construção dos próprios discursos daqueles que não possuem poder no espaço público e nem representação adequada cultural, social e política por grupos hegemônicos. Na internet, tais indivíduos podem falar sobre as questões que lhe dizem respeito, dando visibilidade para as discussões e debates dos grupos, exercendo desse modo uma pressão no espaço público.

Deste modo, os contra-públicos ampliam o espaço discursivo e abrem possibilidades, no sentido em que podem fazer emergir questões anteriormente ausentes do espaço público dominante – de forma muitas vezes precária ou marginal, mas que constitui um ganho (MILLETTE, 2014, pág. 66).

Nesse sentido, a participação das redes *online* possibilita a transposição entre “mundo físico ou *off-line*” e “mundo *online*”, corroborando com o grau de complementaridade das experiências da vida cotidiana para o espaço virtual das redes sociais digitais.

Para Castells (2003, p.08), a Internet tem se constituído em tecido de nossas vidas. Para ele, tal tecnologia da informação pode ser comparada à eletricidade no que diz respeito, principalmente, ao seu significado na Era Industrial. Assim, as tecnologias digitais estão presentes em nossa vida cotidiana em vários níveis. Uma grande parte da população mundial está conectada por meio delas, e exemplos não faltam nessa interação em rede *online*, (*Facebook, Messenger, Twitter, Instagram, WhatsApp*) entre uma gama de aplicativos que possibilitam as trocas e produção de informações, e principalmente, a formação de grupos

¹⁵ Tradução livre: (...) participation means being able to speak “in one's own voice” thereby simultaneously constructing and expressing one's cultural identity through idiom and style.

com características e interesses em comum. Nesse grupo de mídias, os blogs surgem como fontes alternativas de informações.

Hoje, os exercem significativa importância dentro do universo social, extrapolando o espaço virtual da internet para o cotidiano. A diversidade de usos dos blogs possibilitou que esses dispositivos ampliassem sua relevância social, deixando de ser apenas diários online de adolescente e espaço de mídia alternativa para consolidar-se como um novo espaço de comunicação e um novo meio de ação social que cada dia conquista um número maior de leitores e cria um público cativo para a discussão de seus conteúdos (PENTEADO; SANTOS; ARAÚJO, 2009, p. 159).

Pensando sobre o empoderamento de grupos que encontram resistências na esfera pública, no caso desta análise, os coletivos feministas, os espaços *online* no formato de blogs compartilhados em diversas mídias sociais, além de aproximar a partir da empatia, tem exercido o papel de agregar agendas e demandas, levando para muitas mulheres informações acerca do cotidiano da militância coletiva, experiências de grupos e indivíduos em vários âmbitos, constituindo uma rede.

Rede social é gente, é interação, é troca social. É um grupo de pessoas, compreendido através de uma metáfora de estrutura, a estrutura de rede. Os nós da rede representam cada indivíduo e suas conexões, os laços sociais que compõem os grupos. Esses laços são ampliados, complexificados e modificados a cada nova pessoa que conhecemos e interagimos (RECUERO, 2009, p. 29).

Tais espaços possibilitam a problematização e a elaboração de determinadas visões acerca da relação entre o universo feminino, a construção social do que é e para quem é o espaço público, rechaçando questões que limitam a participação das mulheres. Trata-se de espaços de publicações e de interações, ou seja, espaços construídos por elas e para elas, negando e buscando desconstruir estereótipos de gênero, trazendo em muitos casos as questões de classe social e raça, por isso o conceito de *subaltern counterpublics* é pertinente para nomear esses espaços.

É importante salientar que os discursos e contradiscursos presentes nesses espaços se constituem em clivagens e mesmo dentro do movimento não há unanimidade. Esses discursos também são negociados ou negados e as identidades subjetivas e a representatividade são construídas coletivamente. Todo esse exercício é permeado por uma historicidade do feminismo, que, enquanto movimento, prossegue em suas construções.

No próximo e último capítulo, apresentarei a partir da metodologia sugerida para estudos de blogs de política, as estruturas dos blogs com suas propostas políticas enquanto movimentos feministas, e alguns específicos de escritoras desses coletivos. Enfatizamos o

quanto a escrita de si é um importante elemento de construção coletiva dessas mulheres e as ações extrapolam o espaço online, pois configuram-se em espaços de negociações de sentidos, demandas, agendas e eventos presenciais. A explicação sobre o conceito de empoderamento político feminino foi trazido para compreendermos no contexto social o que ele representa para essas mulheres acerca das formulações de identidade nos discursos desses espaços dos blogs.

3. MOVIMENTOS FEMINISTAS A PARTIR DOS CONTRADISCURSOS DOS BLOGS

As narrativas sobre os movimentos feministas são fios de enredo sem fim, essa afirmação se dá pelo fato de como tal movimento se formou e se constitui nesse processo histórico. Segundo Pinto (2013), a tessitura do tempo nos eventos e personagens permanentemente ressignificados contribuem e permeiam a construção da história dos movimentos feministas.

Para a autora, as lutas feministas não são restritas às tendências políticas. Elas são atravessadas por diferentes formulações correspondentes à visão sobre o lugar das mulheres em espaços públicos e privados, que muitas vezes são marcados por formas variadas de dominação. Por esse motivo, narrar historicamente o movimento feminista de uma maneira progressiva e linear torna-se um exercício complexo, tendo em vista a sua diversidade de locais e de narrativas (PINTO, 2013). Nesse sentido, fazemos a opção por seguir tendências ao registrar os campos e suas particularidades, método que será utilizado nesta abordagem e sobre o qual encontramos respaldo na afirmação de Alvarez sobre os fluxos do campo feminista:

[...] Isto é, os campos erguem-se, se estabilizam, reconfiguram-se reconstroem-se, e periodicamente, se desconstroem e/ou desembocam em ou geram novos e distintos campos (ALVAREZ, 2014, p. 20).

Os blogs feministas são narrativas que se articulam com outras narrativas próprias dos movimentos feministas, de suas histórias de lutas e reivindicações. As blogueiras se atrelam, se filiam ou rejeitam parte dessa história, se apropriam e reformulam de narrativas e de figuras centrais desse movimento. Como é o caso de Simone de Beauvoir.

Simone de Beauvoir (1949) foi uma das primeiras teóricas a pensar as relações sociais de gênero enquanto construções culturais, afinal, “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Essas formulações que correspondem ao comportamento e ao lugar, público e privado, do feminino em contraponto ao masculino são construídas culturalmente nas sociedades patriarcais e legitimam o sexismo. Tais construções se reforçam no padrão masculino, heterossexual e branco. Sua presença é marcante em postagens do *Blogueiras Feministas*:

Simone de Beauvoir



Bia Cardoso

11/01/2011

Cultura e Mídia

literatura, movimento
feminista, Segundo Sexo,
Simone de Beauvoir



Texto de Bia Cardoso.

Simone de Beauvoir nasceu em 09 de janeiro de 1908. É uma das mais conhecidas feministas e também uma das mais importantes. Autora do livro "O Segundo Sexo", um dos clássicos da literatura feminista, Simone manteve por toda vida uma atitude transgressora e anti-conservadora. Sua obra literária é existencialista e questionadora.



Simone de Beauvoir.

No site Simone de Beauvoir você pode conhecer suas obras, biografia e vários artigos interessantes como a entrevista intitulada "O Segundo Sexo 25 anos depois".

Figura 17 – **Simone de Beauvoir**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2011/01/simone-de-beauvoir/>

Último acesso em 27/03/2017.

Simone de Beauvoir: o que é ser mulher?



Bia Cardoso
09/01/2012
Cultura e Mídia, Feminismo e Movimentos Sociais
escritora, existencialismo, filosofia, liberdade, literatura, mulher



Hoje é o aniversário de [Simone de Beauvoir](#). Se estivesse viva, ela faria 104 anos. É dela uma das principais frases do movimento feminista: “Não se nasce mulher, torna-se mulher.” A mulher não tem um destino biológico, ela é formada dentro de uma cultura que define qual o seu papel no seio da sociedade. As mulheres, durante muito tempo, ficaram aprisionadas ao papel de mãe e esposa, sendo a outra opção o convento. Porém, a própria Simone rompe com esse destino feminino e faz de sua vida algo completamente diferente do esperado para uma mulher.

Figura 18 – **Simone de Beauvoir: o que é ser mulher**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2012/01/beauvoir-o-que-e-ser-mulher/>

Último acesso em 27/03/2017.

Figura feminista importante para as escritoras brancas, Beauvoir não é referência central nos escritos do *Blogueiras Negras*.

Ao abordar as construções históricas dos feminismos, Biroli e Miguel (2014) apontam a pluralidade das teorias feministas. Estas partem da análise das desigualdades das relações de gênero reproduzidas socialmente e naturalizadas, reforçando dessa maneira assimetrias a partir das relações de dominação.

Os movimentos feministas vêm elucidando as diferentes formas de reprodução de desigualdades, a necessidade da luta por direitos, a cidadania, a inserção na esfera pública, entre outras pautas de inserção efetiva. Em relação a esse processo, Biroli e Miguel apontam a seguinte questão:

Em muitas das frentes das lutas feministas, a exigência foi a cidadania igual para mulheres e homens. Mas o deciframento do sentido dessa igualdade implicava ir além da isonomia legal e inquerir as condições reais de existência delas e deles, questionando premissas básicas das hierarquias sociais e do funcionamento das instituições. A crítica ao indivíduo ‘abstrato’ do pensamento liberal, aquele que é igual a todos os outros, independentemente de suas circunstâncias concretas, é

recorrente na elaboração teórica vinculada às demandas por emancipação dos grupos dominados. É também o caso do feminismo, que mantém desse modo, uma relação tensa com o liberalismo e os direitos que se definem a partir das premissas dele (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 09).

Em outras vertentes mais próximas do socialismo e do marxismo, os autores apontam que essas problematizações inseriram, além da questão de gênero, as questões de estrutura de classes, no sentido que as estruturas econômicas são mantidas por homens e mulheres trabalhadoras. Já com o feminismo negro, somam-se também as questões raciais (BIROLI; MIGUEL, 2014). É essa perspectiva, por exemplo, que se percebe como marcante no *Blogueiras Negras*:

OS PRIVILEGIADOS TÊM COR, CLASSE, GÊNERO E ENDEREÇO CERTO!

ANTONIA GABRIELA PEREIRA x JUL 13, 2016

FEMINISMO RESISTÊNCIA 0 COMENTÁRIOS 1966 VISUALIZAÇÕES 1

Pois estou aqui pela resistência de minhas ancestrais, Vaulice, minha mãe, Zilma, minha vó, as Cláudias, as Dandaras e as Jandiras. Todas as minhas ancestrais negras que lutaram e resistiram a violência sexual, ao estupro, e lutaram como panteras para que hoje eu e minhas companheiras negras chegassem até aqui fortes e cientes de sua missão que é representar um ideal coletivo e não um ideal individualizado.

Figura 18 – Os privilegiados têm cor, classe, gênero e endereço certo!

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2016/07/13/os-privilegiados-tem-cor-classe-genero-e-endereco-certo-as-mulheres-negras-pobres-tem-que-resistir-e-lutar-24h-por-dia-pois-nao-estao-em-nenhum-desses-lugares-de-privilegios/>

Último acesso em 27/03/2017.

No Brasil, esses debates ganham forma a partir das vivências internas e do contato com os movimentos feministas que acontecem no mundo todo, principalmente a partir da segunda década do século XX, como resultado das influências das sufragistas.

O engajamento feminino político no Brasil, como se sabe, tem como registro a formação do Partido Republicano Feminino, em 1910, criado por um grupo formado por mulheres e liderado por Leonilda Daltro, com o intuito da defesa aos direitos femininos, resultando na primeira passeata que exigiu a extensão ao voto das mulheres, em 1917.

Após ter representado o Brasil na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras nos Estados Unidos e ter contato com os movimentos feministas nesse país e no continente

européu, Bertha Lutz se tornou uma das mulheres que criou as bases do feminismo nacional¹⁶. Em 1922, foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderado por Lutz, que também tinha por reivindicação a busca por direito ao voto feminino, influenciado pelas sufragistas europeias e estadunidense. Não por acaso, a sufragista brasileira é tema de um dos posts do *Blogueiras Feministas*.



← → ↻ ⓘ blogueirasfeministas.com/2011/08/bertha-lutz/

Bertha Lutz e o voto feminino



 Daniela Valverde
02/08/2011
Feminismo e Movimentos Sociais, Política e Estado
Bertha Lutz, feminista, história, sufragismo, sufragista, voto



Uma importante personalidade feminista merece nossas homenagens hoje, quando se comemora seu nascimento. A paulista Bertha Lutz (1894-1976) entrou para a história por sua atuação pelo direito ao voto para as mulheres. O movimento sufragista chegou ao auge nas primeiras décadas do século XX, e alcançou resultado na Constituição de 1934, com a garantia, para as mulheres alfabetizadas, tanto de elegerem seus representantes como de serem votadas.

Figura 19 – **Bertha Lutz e o voto feminino**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2011/08/bertha-lutz/>

Último acesso em 27/03/2017.

A postagem não apenas destaca o aspecto histórico do voto e da conquista dos direitos políticos femininos, como também atualiza essa questão:

¹⁶ Informações extraídas do NIEM/ UFRGS < http://www.ufrgs.br/nucleomulher/mov_feminista.php > Acesso: 03/01/2017.

No Brasil, o movimento também seguiu esse viés, visto por alguns estudiosos como conservador, e por outros, como tático. Diante da idéia corrente, legitimada pela ciência, de que as mulheres deveriam se dedicar unicamente ao lar e aos filhos, por serem naturalmente inaptas para o exercício político, e que uma inversão desses valores poderia significar o fim da família, foi necessário que o discurso assumisse um tom não confrontador com a estrutura patriarcal, a fim de angariar apoio dos legisladores estaduais e federais, e também da população.

Hoje, comemoramos a eleição da primeira mulher para a Presidência da República, porém a representatividade feminina na Câmara e no Senado ainda é pequena, considerando a quantidade de mulheres filiadas a partidos políticos. O direito ao voto, conquistado há 77 anos, é uma das mais importantes vitórias no âmbito da cidadania feminina, mas ainda há muito trabalho pela frente.

Figura 20 – Bertha Lutz e o voto feminino

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2011/08/bertha-lutz/>

Último acesso em 27/03/2017.

O voto, tema clássico do feminismo, permanece presente nos dois blogs, e figura como um dos assuntos mais procurados no *Blogueiras Feministas*.

ASSUNTOS + PROCURADOS

- [Aborto e Direitos Reprodutivos](#)
 - [Capacitismo](#)
 - [Estatuto do Nascituro](#)
 - [Feminismo Interseccional](#)
 - [Lei Maria da Penha](#)
 - [Marcha das Vadias](#)
 - [Mulheres Indígenas](#)
 - [Mulheres Lésbicas](#)
 - [Mulheres Negras](#)
 - [Mulheres Trans](#)
 - [Voto Feminino](#)
-

Figura 21 – Assuntos mais procurados

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/>

Último acesso em 27/03/2017.

Nessa mesma linha de atrelamento a um feminismo histórico como lastro para as questões atuais, as *Blogueiras Negras* também destacam suas heroínas e apresentam suas reivindicações atuais no que se refere à representatividade política.



ANTONIETA DE BARROS, UMA MULHER ACIMA DO SEU TEMPO

NEUSA MARIA PEREIRA × JUL 11, 2016

Escrever sobre Antonieta de Barros vai além da admiração. Trata-se de reverenciar a capacidade de uma mulher negra que ultrapassou as barreiras do racismo, sexismo e do preconceito social e cultural da classe dominante, em plenos anos 30.

Figura 22 – Antonieta de Barros

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/?s=antonieta+de+barros>

Último acesso em 27/03/2017.

Início > Resistência > Política



Sessão de posse de Vilma Reis como Ouvidora Geral da Defensoria Pública da Bahia (Fotografia de Sílvia Humberto)

PRECISAMOS FALAR SOBRE REPRESENTATIVIDADE NA POLÍTICA

ELIANE OLIVEIRA • MAIO 11, 2016

Figura 6 – **Precisamos falar sobre representatividade na política**

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2016/05/11/precisamos-falar-sobre-representatividade-na-politica/>

Último acesso em 27/03/2017.

Nas eleições de 2014, pela primeira vez, os candidatos declararam sua cor/raça, na composição da Câmara Federal o percentual chegou a míseros 20%, ou seja, dos 513 deputados eleitos, 410 deles (79,9%) se declararam brancos, 81 deputados (15,79%) se disseram pardos e 22 (4,29%), pretos. No Senado a coisa não foi muito diferente, dos 27 eleitos apenas 5 se declararam pretos ou pardos.

Considerando que auto-declaração nem sempre significa que a sociedade lê o indivíduo como negro e, muitas vezes, tem mais a ver com uma questão de identidade genotípica do que fenotípica esses números podem mascarar uma realidade de representação ainda mais reduzida. Então, se não há representação legítima, continuamos sendo nós por nós.

No caso das mulheres o cenário também não é animador, os dados apontam que dos 513 parlamentares há apenas 45 deputadas, ou seja, menos de 10% do total, dessas 1,6% se consideram pardas e 0,6% pretas. No Senado são 12 mulheres ocupando as cadeiras. É impossível olhar esses números e não nos questionar sobre a falta de representantes em maior número defendendo os direitos e buscando garantias sociais para os maiores grupos da população brasileira. Afinal o que tem afastado as mulheres e, particularmente, as negras dos espaços de disputa de poder?

Figura 6 – **Trecho de Precisamos falar sobre representatividade na política**

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2016/05/11/precisamos-falar-sobre-representatividade-na-politica/>

Último acesso em 27/03/2017.

Por que eleger prefeitas e vereadoras em meio à crise política?



Priscilla Brito

21/09/2016

Política e Estado

Câmara Municipal,
candidatas feministas,
eleições 2016, legislação,
movimento feminista,
orçamento, política,
Prefeitura, vereadoras



Texto de Priscilla Brito para as Blogueiras Feministas.

Então, o que afinal podem fazer vereadoras e prefeitas nos seus municípios em meio à crise política e econômica em que vivemos? No texto de ontem: [Por que votar em meio à crise política?](#) Compartilhei algumas das questões sobre as quais tenho pensado e que antecedem a reflexão sobre esses papéis e sua importância no contexto político atual.

Figura 23 – Por que eleger prefeitas e vereadoras em meio à crise política?

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2016/09/por-que-eleger-prefeitas-e-vereadoras-em-meio-a-crise-politica/>

Último acesso em 27/03/2017.

Historicamente, em fevereiro de 1932, durante o governo Vargas, com a promulgação do Novo Código Eleitoral Provisório Decreto nº 21076, houve a consolidação da luta pelo voto feminino e a primeira eleição após essa conquista ocorreu em 1934, porém, apenas uma deputada federal e uma suplente foram eleitas, enquanto na contrapartida, 214 deputados foram eleitos (CAVALCANTE, 2015).

Os avanços das lutas feministas no Brasil sofreram forte repressão com o Golpe Militar, em 1964. Com um Estado coercitivo e repressivo, quaisquer manifestações públicas contra o regime foram suprimidas, em muitos casos, violentamente. E como os outros movimentos sociais, os movimentos feministas estavam inseridos nesses grupos contestatórios perseguidos. Em uma segunda fase desse regime, nos anos 70, houve “uma continuidade velada do movimento, resistindo ao sufocante regime vigente da época”

(CASSAB; OLIVEIRA, 2014, p.3). Parte dessa história é recuperada em postagem do *Blogueiras Feministas*:

Mulheres e os 50 anos do Golpe Militar



Blogueiras Feministas

01/04/2014

Educação e História, Política e Estado

blogagem coletiva, ditadura militar, golpe de estado, história, militante, movimento feminista



Texto da Equipe de Coordenação das Blogueiras Feministas.

O Golpe Militar de 1964 é um fantasma na história do Brasil. Uma alma penada que assusta em alguns momentos, mas que na maior parte do tempo vive trancada num porão escuro na memória da sociedade brasileira. Somos um país que prefere não lembrar, esmiuçar e nem mesmo refletir sobre as consequências atuais de um período tão nefasto.

Figura 24 – **Mulheres e os 50 anos do Golpe Militar**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2014/04/mulheres-e-os-50-anos-do-golpe-militar/>

Último acesso em 27/03/2017.

Em 1975, a ONU declarou a data como o Ano Internacional da Mulher e a 1ª Conferência da Mulher foi realizada. Os Encontros Feministas Nacionais foram realizados posteriormente, em 1979. Cavalcante (2015, p. 32) aponta que, nesse momento, “os movimentos de mulheres se intensificam e se encaminham para outras áreas políticas, tais como movimentos comunitários, partidos e sindicatos, além das fortes críticas as práticas sexistas”.

As primeiras eleições diretas para governadores, pós-golpe de 1964, ocorreram somente em 1982 e nesse período as feministas criaram no Rio de Janeiro a primeira

plataforma com o conjunto de reivindicações realizadas por mulheres. Essas reivindicações foram destinadas a todos os candidatos e candidatas (CAVALCANTE, 2015, p.32).

Nos anos seguintes, as articulações dos movimentos feministas na esfera pública ganharam cada vez mais visibilidade. Sueli Carneiro (2003) cita o movimento de mulheres do Brasil como um dos mais respeitados no mundo e referência no plano internacional. A autora justifica esse destaque dando como exemplo a promulgação da Constituição Federal de 1988, que contemplou cerca de 80% das propostas encaminhadas durante a sua formulação pelo movimento. Tal passo determinou o que gerou mudanças radicais no *status* jurídico das mulheres no Brasil, dentre eles, principalmente, a transformação do pátrio poder em poder familiar.

Após a redemocratização brasileira, as eleições diretas foram retomadas em 1989. É possível, porém, que a expressão maior da participação feminina tenha ocorrido somente em 2010, com duas candidatas de expressão política consolidada, Marina Silva, do Partido Verde (PV) e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), que dentre outros candidatos, se enfrentaram nas urnas. Esse foi um momento, como já vimos, que motivou grande parte do surgimento dos escritos daquelas que depois se articularam na criação dos blogs.

No Brasil, a participação feminina na política ocorre subsidiada pela política de cotas por sexo, que destina 30% das chapas eleitorais de cada partido para o sexo oposto possibilitando a inserção das mulheres. A questão da participação feminina na esfera pública torna-se estratégica, pois tais medidas são consideradas como necessárias por estudiosos. Para Fernanda Leal Barbosa (2014):

O fato é que a participação política feminina nos pleitos eleitorais ainda é bastante reduzida e a regulamentação do artigo 10, §3º da lei 9.504 configura – embora, isoladamente não possa resolver o problema – importante avanço. É primordial que se compreenda os programas de ações afirmativas não como mecanismo fim e único, mas como um pontapé para que a sociedade reveja a desigualdade nela existente (BARBOSA, 2014, p. 02).

Luís Felipe Miguel (2001) também afirma que as cotas auxiliam a reduzir a diferença estrutural que se traduz na desigualdade da capacidade de intervenção na esfera pública. Essa desigualdade estrutural, para ele, é alocada em proporções diferentes, segundo os grupos sociais e é “naturalizada” pela adequação dos agentes ao comportamento que lhe é destinado. As mulheres, nesse sentido, assim como outros grupos, encontram-se sub-representadas com a justificativa de que “não se interessam” por política (MIGUEL, 2001). Tal argumento tem sido alvo de muitos estudos qualitativos e quantitativos no âmbito acadêmico no que se refere

à a igualdade de gênero na sociedade.

A ação afirmativa é uma tentativa de romper este círculo vicioso, contribuindo para a redistribuição do capital político - ou, dito de outra forma para o “empoderamento” (*empowerment*) dos seguimentos sociais marginalizados. Em suma, ela se sustenta com a constatação da desigualdade presente da sociedade, sem necessitar de qualquer argumento essencialista ou da crença na “objetividade” de interesses comuns ao grupo. (MIGUEL, 2001, p. 266).

As cotas se constituem em um passo importante no que diz respeito a inserção das mulheres na esfera pública, porém não necessariamente se materializa de forma tão simples e eficaz. Peixoto, Goulart e Silva, ao fazerem o levantamento das eleições pós 2009, ano em que o preenchimento das vagas por sexo passou a ser interpretado como obrigatório com a Lei 12.034/09, concluem que não houve impacto no percentual de mulheres participando das eleições e os números são menores quando trata-se de serem eleitas.

Ainda que a legislação obrigue os partidos e coligações a incluírem mulheres em suas listas, outros obstáculos discriminatórios não foram retirados do sistema. Como todos os direitos da luta feminista, a inclusão na esfera política da representação parlamentar tem sido bastante lenta e gradual (PEIXOTO, GOULART, SILVA, 2014, p.131).

Tendo em vista esse cenário, a organização das mulheres no Brasil, nesse contexto, devemos considerar a pluralidade dos movimentos feministas, já que os mesmos não são homogêneos e trazem em seu interior várias correntes, como, por exemplo, o feminismo interseccional. Além disso, é importante destacar que essas militâncias passaram a ocupar e reivindicar a presença em vários espaços sociais, tais como os políticos, culturais, econômicos e acadêmicos.

Firmar a luta por maior representação e participação na esfera pública pode ampliar conquistas como a do ano de 2010, do qual tivemos a vitória histórica da candidata Dilma Rousseff¹⁷ como a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidenta da República Federativa do Brasil, sendo reeleita para o segundo mandato quatro anos depois¹⁸. Também, nas disputas

¹⁷ Em agosto de 2016 a então presidenta Dilma sofre impeachment acusada pelo crime de responsividade fiscal. É julgada por duas casas com uma grande parcela de membros denunciados por corrupção, até então o nome da presidenta não apareceu em nenhum. Aqui me posiciono politicamente como a parcela da população que não reconhece esse governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB).

¹⁸ Observa-se que, durante os dois mandatos da Dilma os julgamentos referentes a sua gestão muitas vezes eram feitos a partir de um vocabulário misógino, “uma mulher histérica, feia, que não sabe discursar...”. Isso tornava-se mais evidente nas redes sociais, onde os usuários de diferentes grupos sociais e faixa etária sentiam-se livres para opinar. Exemplos: Dilma foi chamada de vaca ou coisas nesse sentido, quando viralizaram (algo que se replica inúmeras vezes na internet) uma imagem dela na abertura do tanque de gasolina de um carro, do qual havia uma caricatura da presidenta com as pernas abertas e essa tampa no lugar da vagina. Após a participação em um Talk Show uma imagem da presidente deitada nua com o apresentador também viralizou. E algo que o

de 2014, mais uma candidata, além das duas citadas em 2010, entrou para a disputa eleitoral, Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), evidenciando assuntos mais latentes do feminismo dentre eles a questão do direito ao aborto, igualdade de gênero e a causa LGBT. A eleição, a atuação e o impeachment de Dilma está presente como tema central ou embrenhada em diversas postagens de ambos os blogs.

Será isso um problema apenas por que ela é... mulher?

Um homem com a mesma conduta sofreria a ferrenha oposição ou seria admirado pela rigidez no comando político? Líder e não bossy*?

É claro que reconhecemos que ela falha e falhou, tanto na execução de políticas, quanto do ponto de vista da articulação. Mas e seus interlocutores? A respeitam enquanto mulher? Enquanto política? Enquanto presidenta? Ou enxergam uma capacidade inerente, quase sem querer admitir?

Ao contrário de assumir uma postura tradicionalmente associada ao estereótipo feminino, voltado à sensibilidade e à maternidade (ou mesmo à sensualidade), questões que inclusive foram alvo de críticas durante sua primeira campanha, Dilma entra no jogo com as mesmas regras, porém com padrões duplos.

Ora, se ela será impeachmada por ser mulher eu não sei, mas que as razões que levaram ao impeachment estão intrinsecamente ligadas ao machismo que a presidenta sofre, isso eu arrisco dizer.

Figura 25 – Trecho da postagem **Dilma será impeachmada por ser mulher?**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2015/12/dilma-sera-impeachmada-por-ser-mulher/>

Último acesso em 27/03/2017.

Recentemente, o debate político se intensificou na questão da necessidade das mulheres ocuparem os espaços que ainda são de maioria masculina. A autora Michele Swers (2001, p.219) afirma, em um panorama geral, que as “(...) mulheres ocupando cargos públicos legislativos, por exemplo, tem sistematicamente dirigido seus interesses para temas feministas, formando frentes de defesas das mulheres, seja em relação à violência contra a mulher, direitos reprodutivos ou da saúde da mulher”, considerando que não necessariamente mulheres tragam questões referentes às demandas feministas por serem mulheres, não

mundo inteiro presenciou por ter sido televisionado, na abertura da Copa do Mundo de 2014 no Maracanã lotado por classes mais abastadas, um uníssono “Dilma, vai tomar no cu!” ecoou no estádio. Raramente as colocações de grupos contrários eram feitas por meio de um discurso politizado como são usados com representantes masculinos.

podemos negar a importância de que elas estejam nesses espaços e o quanto é representativo tê-las.

Para refletir sobre as questões do espaço público, representação e representatividade dessas mulheres é necessário ponderar novamente que estar nesses espaços é ainda considerado privilégio e que a inserção não é igualitária, pois a discussão transcorre pelas questões de gênero, raça e classe social¹⁹. A autora Matilde Ribeiro (1998 p.199) cita a formulação da organização a partir dos debates no movimento feminista negro no Seminário Nacional de Políticas Públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras que ocorreu na cidade de Itapeverica da Serra no estado de São Paulo,

O movimento vem se constituindo a partir do cruzamento das questões de gênero, raça e classe social. Deve ser autônomo, independente, composto por mulheres de diferentes setores (por exemplo, originárias de movimentos como o negro, sindical, popular, partidário). Deve estar articulado prioritariamente com o movimento negro e feminista, na medida em que estes incorporem e apoiem a luta de mulheres negras, mantendo sua especificidade (RIBEIRO, 1998, p. 1999).

Considerando as características no que se refere aos recortes de gênero, raça e classe social o conceito de Feminismo Interseccional, ou seja, a Interseccionalidade cunhado por Kimberlé Crenshaw, nos anos de 1980, compreende que todas essas opressões fazem parte de uma mesma estrutura. Dessa maneira, evidencia uma crítica ao movimento feminista dito hegemônico que considerada as questões de gênero, nas maiorias das vezes, não discutem as opressões dentro do próprio feminismo no que tange a questão racial e de classe. Essa discussão é central para as *Blogueiras Negras*:

¹⁹ Aqui vale citar o trabalho de um dos segmentos da mídia brasileira que apresentaram Marcela Temer em 16 de abril de 2016, esposa de Michel Temer, com as seguintes características: “Bela, Recatada e do Lar”, mas não necessariamente com a intenção de valorizar as ocupações domésticas. Vários posicionamentos surgiram contra e a favor dessa publicação. Compreendemos tal publicação como a distinção dos lugares referentes aos gêneros. Uma publicação retrógrada. Ver <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>.



**FEMINISMO INTERSECCIONAL: UM
CONCEITO EM CONSTRUÇÃO**

PATRICIA ANUNCIADA x SET 29, 2015

Figura 26 – **Feminismo Interccional**

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/>

Último acesso em 27/03/2017.

O **FEMINISMO INTERSECCIONAL**, como o próprio nome sugere, diz respeito à intersecção entre diversas opressões: de gênero, raça e classe social. Historicamente, no início da primeira onda feminista, nos anos 20, o termo feminismo englobava apenas a opressão de gênero e atendia exclusivamente às reivindicações das mulheres brancas de classe média, desconsiderando as necessidades da classe de mulheres trabalhadoras e de classe baixa, ou seja, as mulheres negras, que eram invisibilizadas dentro desse movimento.

O Feminismo Interseccional é de extrema relevância atualmente porque auxilia na organização das pautas das mulheres negras levando em consideração as suas reais necessidades, já que elas sofrem um tripla opressão: racismo, machismo e preconceito de classe social. Sabemos que as opressões a que as mulheres negras são submetidas vão muito além de seu gênero, pois além do machismo enfrentam o racismo, uma forma de opressão extremamente violenta, mas que é velada em nossa sociedade e nos atinge de forma não só a minar nossa autoestima, nos levando a rejeitar nossos corpos, mas impondo barreiras à nossa presença em espaços de poder.

O surgimento do Feminismo Interseccional tem como algumas de suas principais figuras as estudiosas Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde e Bell Hooks. No Brasil, é importante destacar a figura de Lélia Gonzales.

Figura 27 – Trecho de Feminismo Interseccional

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/>

Último acesso em 27/03/2017.

Sueli Carneiro (2003, p.120) afirma “que a consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação produzem entre as mulheres” isso evidencia a pluralidade dentro e nos vários movimentos feministas de realidades e conseqüentemente de demandas mais específicas em países como o Brasil.

Os grupos femininos enfrentam diferentes dificuldades estruturais de inserção na esfera pública, construções sociais, naturalização das predefinições dos sujeitos na sociedade e a não homogeneização, assim, tornam-se necessárias estratégias de inserção e participação na sociedade, seja por meio de movimentos sociais, sindicatos ou coletivos para exposição de preferências e demandas.

Com relação aos movimentos feministas, compreendemos que são estruturados e atuantes em seus espaços sociais, no entanto, precisam de representatividade para que o público possa observá-los além desses lugares restritos, é assim que se busca a divulgação de ideias e opiniões por meio das mídias, impressa, eletrônica, televisiva ou de rádio, mas esses também são ocupados ou propriedades de grupos hegemônicos. A mídia em si daria um alcance maior no que se refere à representatividade. Nesse contexto, o espaço *online* e a internet, tornaram-se ferramentas de inserção desses grupos na mídia.

A historicidade do movimento feminista se faz presente, pois as constituições desses movimentos acontecem na busca pelo fim das desigualdades de gênero em nossa sociedade, materializadas tanto na esfera privada quanto na esfera pública. E mesmo com as conquistas como o direito ao voto, nós mulheres ainda encontramos resistências para permanecermos em diferentes espaços, sofremos violências físicas, verbais e simbólicas. Nesse capítulo o desenvolvimento dos movimentos e vertentes feministas aparecem enquanto movimento vivo que se reconfigura nos determinados momentos históricos em conformidade com os avanços culturais, como por exemplo nas publicações discursivas dos blogs *Blogueiras Negras* e *Blogueiras Feministas*.

Dessa forma, o feminismo tem encontrado um lugar discursivo onde pode se inscrever e praticar seu ativismo político na rede. Esse movimento acontece, por exemplo, no espaço dos blogs, mas não fica restrito a eles, pois se trata de um discurso, que materializado, pode ser apropriado por infinitos leitores, esses darão “vida” e “movimento” resignificando-os nos mais distintos lugares sociais e políticos da sociedade.

Sobre espaços como blogs e redes sociais (*Facebook, Twitter e Instagram*), Sakamoto (2013, p.95) afirma que “não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando”.

Refletindo sobre os espaços de privilégios e de inserção, as mídias digitais - ainda não entrando no mérito das barreiras digitais – surgem como uma ferramenta importante de compartilhamento e organização de grupos. Para Sá Martinho (2014), a noção de política do mundo *off-line* é tão abrangente como no mundo *online*, mas para ele essa noção de maneira mais ampla está ligada às questões de poder e de direito da vida cotidiana. No caso do último, Martinho considera que as lutas de grupos minoritários por reconhecimento e expressão, ou mesmo questões de identidade são pensados como atos políticos, ou seja, são a busca pelo “direito” e pela “possibilidade” de ser quem se é no espaço público.

O *subaltern counterpublics* feminista, materializado nos blogs, também contribui para a organização das agendas. Segundo Penteadó, Santos e Araújo (2009), esses espaços têm extrapolado as fronteiras virtuais e alcançado os limites da vida cotidiana. Os blogs analisados, e os movimentos feministas aos quais eles se relacionam, utilizam a internet para promover a organização e a comunicação entre diferentes agentes. Na organização de marchas, por exemplo.

Os movimentos de ocupações, as marchas e demais manifestações organizadas pelos meios virtuais são exemplos expressivos de participação, como a Marcha das Margaridas que

teve seu primeiro ato nos anos de 2000 e ganhou apoio dos coletivos em 2011, sendo publicado pelo *Blogueiras Feministas*, trazendo visibilidade e significado das lutas camponesas femininas àquelas mulheres que não compartilhavam das mesmas vivências.



Figura 31 – **Marcha das Margaridas 2011**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2011/08/marcha-das-margaridas-2011/>
Último acesso em 27/03/2017.

A Marcha é conhecida por mobilizar o maior número de mulheres trabalhadoras rurais do Brasil do campo e da floresta e homenageia Margarida Maria Alves, presidente sindicalista do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande por 12 anos, nesse tempo fundou o Centro Educação e Cultura do Trabalhador Rural. A líder sindical foi brutalmente assassinada pelos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983.



Blogueiras Feministas
15/08/2011
Política e Estado, Trabalho e Economia
agricultura, camponesa, evento, luta de classes, manifestação, Marcha das Margaridas

A [Marcha das Margaridas](#) é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena. Em 2011, as mulheres trabalhadoras rurais, mais uma vez, estarão nas ruas, em movimento, para protestar contra as desigualdades sociais; denunciar todas as formas de violência, exploração e dominação e avançar na construção da igualdade para as mulheres. Sua agenda política de 2011 tem como lema desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. A Marcha acontece todos os anos em Brasília, dessa vez nos dias 16 e 17. Você pode acompanhá-las também pelo [twitter](#) e pelo [facebook](#).

Coordenada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais composto pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – Contag, por 27 Federações – Fetag's e mais de 4000 sindicatos, sua realização conta com ampla parceria, inclusive a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a CUT.

Figura 32 – Trecho do texto **Marcha das Margaridas 2011**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2011/08/marcha-das-margaridas-2011/>

Último acesso em 27/03/2017.

Quais as reivindicações deste ano?

Em 2011, as margaridas marcham por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. A Marcha tem ainda, as seguintes razões: – Denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação e avançar na construção da igualdade para as mulheres;

– Atuar para que as mulheres do campo e da floresta sejam protagonistas de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente;

– Dar visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política e social das mulheres no processo de desenvolvimento rural;

– Contribuir para a organização, mobilização e formação das mulheres do campo e da floresta;

– Propor e negociar políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta.



Figura 33 – Trecho do texto **Marcha das Margaridas 2011**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2011/08/marcha-das-margaridas-2011/>

Último acesso em 27/03/2017.

Logo abaixo, uma chamada do *Blogueiras Feministas* para o Movimento na rua, a Marcha das Vadias, que a princípio foi uma Marcha importada do Canadá. Essa marcha surge motivada pela reação à fala de um policial canadense que ao ministrar uma palestra na Universidade de York em 2011, afirmou que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas de ataque”. A reação a essa fala vem pelo fato de se reproduzir que a culpa por sofrer violência sexual é da vítima e não do agressor. A reação de indignação foi imediata, pois esse pensamento transfere a culpa da agressão sexual para a vítima, insinuando que, de alguma forma, é a vítima que provoca o ataque. A passeata realizada no Canadá pedia o fim da cultura da culpabilização da vítima. Ao longo do ano de 2011 várias

marchas aconteceram pelo mundo, incluindo no Brasil, que em 2012 teve a organização da “Marcha Nacional das Vadias” realizadas em várias cidades brasileiras contra diversos tipos de opressão e a reflexão quanto ao termo “vadia”.

Nosso apoio as mulheres, prostitutas, feministas e transfeministas da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro



Figura 34 – **Marcha das Vadias 2016**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2016/06/nosso-apoio-as-mulheres-prostitutas-feministas-e-transfeministas-da-marcha-das-vadias-do-rio-de-janeiro/>

Último acesso em 27/03/2017.

Marcha das Vadias Rio de Janeiro 2015: Pra Rua Vadiagem!

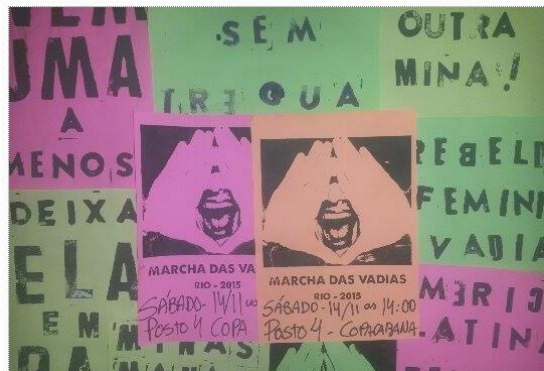


Figura 35 – **Marcha das Vadias 2015**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2015/11/marcha-das-vadias-rio-de-janeiro-2015-pra-rua-vadiagem/>

Último acesso em 27/03/2017.

Nesses espaços dos blogs há as clivagens que constituem os movimentos, constituindo-se em campos de articulação discursiva “por meio de linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhados, mesmo que quase sempre disputas, por uma espécie de gramática política que vincula as atoras/es que com eles se identificam” (ALVAREZ, 2014, p.19). A Marcha das Vadias, por exemplo, não é vista pelas *Blogueiras Negras* como algo que representa suas pautas, contudo, a Marcha das Mulheres Negras ganha destaque na página.



18 DE NOVEMBRO DE 2015 - MARCHA DAS MULHERES NEGRAS

MARIANA BARBOSA × DEZ 1, 2015

Figura 36 – **Marcha das Mulheres Negras 2015**

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2015/12/01/18-de-novembro-de-2015-marcha-das-mulheres-negras/>

Último acesso em 27/03/2017.

Outros textos de ambas as páginas destacam a visibilidade e representação de mulheres nem sempre contempladas pelos movimentos feministas, como é o caso das mulheres indígenas.

Indígenas e invisíveis



Blogueiras Feministas
20/04/2015
Direitos Humanos e
Inclusão Social, Política e
Estado
Direitos Humanos, Inclusão
social, indígena, legislação,
mulher indígena, política,



Texto da Equipe de Coordenação das Blogueiras Feministas.

Entre os dias 13 a 16 de abril, aconteceu a [Semana de Mobilização Nacional Indígena 2015](#). Mais de 1,5 mil lideranças de cerca de 200 etnias estiveram em Brasília apresentando suas reivindicações e protestando contra projetos do legislativo que ameaçam os direitos indígenas.

Figura 6 – Trecho do texto **Indígenas e invisíveis**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2015/04/indigenas-e-invisiveis/>

Último acesso em 27/03/2017.

Esta publicação foi uma mobilização dos *Blogueiras Feminista* com o intuito de denúncia e visibilidade às causas indígenas, que como o título sugere, estão sistematicamente sendo invisibilidades. Segundo relatório de 2013 da ONU, essas populações sofrem com a exclusão social, a discriminação, pobreza, migração, exclusão política e econômica, violência contra as indígenas, entre outros problemas. Também enfrentam negligência, exploração trabalho forçado e escravo, tráfico humano.

Por fim, destacamos o texto sobre os 10 anos da Lei Maria da Penha que configura aqui como uma das muitas questões que evidenciam o quanto é importante desvelar o privado para trazê-lo a esfera pública na busca por políticas públicas de proteção aos grupos femininos. A lei também é exemplo de como as lutas feministas configuram-se de tamanha importância para a diminuição das desigualdades de gênero que estão longe de serem barreiras vencidas na nossa sociedade.

10 anos da Lei Maria da Penha - quais são os desafios?



Bia Cardoso
08/08/2016

Sexismo e Violência
legislação, Lei Maria da
Penha, sociedade, violência
contra a mulher, violência
doméstica



Texto de Bia Cardoso para as Blogueiras Feministas.

Publicada em 07 de agosto de 2006, a [Lei Maria da Penha \(Lei nº 11.340/2006\)](#) completa 10 anos sendo o grande símbolo do combate da violência contra a mulher no Brasil.

De acordo com a lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Além disso, a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos [direitos humanos](#). Seu nome é uma homenagem a [Maria da Penha Maia](#), farmacêutica bioquímica que foi agredida pelo marido durante seis anos.

Figura 6 – Trecho do texto **10 anos da lei Maria da Penha – quais os desafios?**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2016/08/10-anos-da-lei-maria-da-penha-quais-sao-os-desafios/>

Último acesso em 27/03/2017.

Os dez anos da Lei Maria da Penha trazem as marcas das lutas das mulheres no Brasil denunciando nossas vulnerabilidades. Até hoje fazer valer a lei com eficácia é um desafio que deixa muitas pelos caminhos. As opressões estruturais que constituem nossa sociedade são nocivas e muitas vezes letais às mulheres. As lutas estão longe de acabar, mas a possibilidade de encontrar na outra o apoio e empoderamento nas trocas, abre horizontes de possibilidades, que no caso da Lei Maria da Penha se institucionalizou enquanto direito, isso antes das muitas organizações acontecerem por intermédio do espaço online.

Enquanto os movimentos sociais tipicamente são teorizados como componente mais ou menos central da sociedade civil, sustento que os movimentos feministas, ao igual que a maioria dos chamados movimentos sociais, geralmente se expandem para além da sociedade civil. Ancorados na sociedade civil e se ampliando lateralmente para abarcar diversas instâncias organizativas da mesma, eles muitas vezes também se estendem “verticalmente”, para assim dizer, em direção à sociedade política, ao Estado, e outros públicos dominantes nacionais e transnacionais (ALAVREZ, 2014, p. 18).

3.1 A subjetividade na escrita de si: o empoderamento político feminino no *subaltern counterpublics*

A subjetividade da escrita de si está presente nas publicações dos blogs *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras*. Compreende-se por subjetividade a construção de si que é formada por intermédio das vivências, crenças e valores de cada indivíduo em dada sociedade com suas experiências e histórias de vida.

E quando nos perguntamos para quem elas escrevem, a resposta não é de difícil formulação: essas mulheres escrevem para elas e por elas buscando umas nas outras construir suas identidades, compreender suas vivências e articularem suas necessidades.

Nos respectivos blogs, à prática de contar-se somam-se as experiências coletivas que formam uma colcha de retalhos, mais ou menos coesa, que dá vida às formulações do que são os feminismos, num movimento dialético, que reformulam o “viver e o ser o movimento”.

Assim como as formas de autobiografias foram os meios encontrados para, a partir do Renascimento, com mais intensidade, os indivíduos se dizerem, criarem uma consciência de si, sobre si, na contemporaneidade, esse papel é exercido também pelos diários online, weblogs ou blogs. Indivíduos continuam usando a forma autobiográfica mais próxima do cotidiano, o diário, para escrever suas próprias vidas a partir de seus próprios textos (OLIVEIRA, 2009, p. 55).

As blogueiras criam laços por meio da identificação das histórias de lutas e conquistas compartilhadas. É um reconhecimento de si e de não se sentir só. De diferentes faixas etárias, cada vivência particular está conectada, pois fazem parte de uma mesma estrutura desigual. As divisões sociais, que incluem a divisão social do trabalho, os estudos, a busca por espaço de fala, o direito ao voto de outrora, as articulações de permanência dentro dos locais de decisões, o combate as violências físicas e simbólicas - entre essas, a doméstica e a obstétrica - as relações de classe social e raça, a objetificação dos corpos, as lutas femininas no campo e na cidade, a busca pela liberdade de decidir sobre seu próprio corpo afetam a todas em diferentes proporções. O encontro que esse espaço propicia por meio do discurso une essas escritoras e as ajuda a formularem suas vivências de uma maneira política.

Início > Resistência > Feminismo



CAMINHOS DE RESISTÊNCIA: RECONHECER-SE NEGRA

LUMA OLIVEIRA * ABR 16, 2014

FEMINISMO IDENTIDADE INFÂNCIA E JUVENTUDE RESISTÊNCIA 3 COMENTÁRIOS 2771 VISUALIZAÇÕES

Figura 37 – Caminhos de resistência: reconhecer-se negra

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2014/04/16/caminhos-de-resistencia-reconhecer-se-negra/>

Último acesso em 27/03/2017.

Faz muito tempo que gostaria de compartilhar um pouco da minha história, que não é só minha, mas de várias outras mulheres negras. Uma história cujos caminhos não foram fáceis, mas sim cruéis e dolorosos. Muitas vezes nos sentimos sem força para percorre-lo, ficamos nos perguntando se terá de fato um fim, sem as angústias cotidianas e marcas que o racismo deixa para além de nossa pele, estou falando de um caminho e uma história cheia de reticências para nós. Antes que eu comece, quero perguntar para você, mulher negra que está lendo agora: quanto tempo levou para que você se reconhecesse como NEGRA? Pense um pouco e depois pensaremos juntas acerca desta questão.

Vamos lá pra nossa história. Bem, agora estou na casa dos vinte de idade (21), fico recordando por várias vezes como aconteceu e começou o processo desencadeador para que eu pudesse gritar ao mundo: sou negra! A gente sabe (nós, mulheres negras) desde que nascemos, geralmente, sempre fazem questão de destacar em nossa aparência qualquer traço/característica que nos remeta ao branco, nos fazendo odiar qualquer característica de África que possa surgir desde os nossos olhos até a pele. Sou de uma família que fazia questão de exaltar os antepassados de todas as nacionalidades possíveis, menos a nossa ascendência negra e até mesmo indígena, que temos por parte das duas famílias inclusive. Eu ouvia vários relatos, especulações sobre a presença européia, principalmente de dizerem "seu tataravô era português", "sua tataravô tinha o cabelo liso", "fulano era loiro", mas nunca ouvi falar nada sobre a parte negra e indígena da família. Da parte do meu pai, a família é toda negra, pouca coisa ele mesmo sabe sobre ela, visto que meus avós faleceram quando ele era uma criança. Os meus tios mais velhos que chegaram à conhecê-los falam de suas características, dentre elas, alguns fazem questão de falar sobre os cabelos da minha avó paterna, dizendo que lembram pouco, mas têm quase certeza que ele eram lisos. Essas incertezas permeadas de "certezas" trabalhadas no estereótipo europeu é que carreguei por um longo tempo da minha vida, e carrego até hoje, não posso negar. Sendo assim, ficaria cada vez mais difícil me orgulhar ou sequer lembrar de onde vim, quem eu poderia ser – minha construção ficava cada vez mais lenta- embora essas questões e características se façam presentes entre a minha família, há algumas pessoas que sabem e destacam histórias e cores sobre minha africanidade, mas demorou muito para que eu pudesse e quisesse contar ao mundo essa parte da história.

Figura 38 – Trecho de Caminhos de resistência: reconhecer-se negra

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Luma Oliveira

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2014/04/16/caminhos-de-resistencia-reconhecer-se-negra/>

Último acesso em 27/03/2017.

Essa pesquisa faz-se necessária tendo em vista o quanto as formulações realizadas nos blogs exercem importância dentro do universo social das construções subjetivas do eu e do coletivo. Ao discutirem suas demandas e identidades, as escritoras formulam os contradiscursos ou discursos contestatórios nesse *subaltern counterpublics*, que posteriormente, ou mesmo no calor dos acontecimentos, vão para o espaço mais abrangente.

Quando Nancy Fraser cita os termos que descreviam a realidade social das mulheres estadunidenses do final do século XX como “sexismo”, “dupla jornada”, “assédio sexual”, entre outros, também nos deu a dimensão do quanto as discussões dos movimentos dão significados às vivências. Nesse sentido, os blogs realizam o mesmo movimento. São as trocas e as negociações que vão expandindo o vocabulário dessas blogueiras. Dar nomes, identificar os momentos e significá-los, para assim, se armarem para as suas lutas na esfera pública hegemônica: “armadas com tal linguagem têm reformulado nossas necessidades e

identidades, reduzindo assim, embora não eliminando, a extensão de nossa desvantagem nas esferas públicas oficiais” (FRASER, 1992).

A SUBJETIVIDADE COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

JULIANA BARTHOLOMEU × JUL 2, 2016

FEMINISMO RESISTÊNCIA 1 COMENTÁRIO 352 VISUALIZAÇÕES

Há semanas venho refletindo sobre as dificuldades que algumas de nós mulheres negras enfrentamos dentro da academia. Depois de ler um texto lindíssimo da Stephanie Ribeiro sobre preconceito linguístico e como este afeta principalmente a vida das mulheres negras, resolvi que era o momento de escrever sobre isso.

A sensação de ler um texto e se identificar nos proporciona uma sensação de conforto, normalmente nos sentimos menos “de outro planeta” por descobrir que algumas dificuldades que enfrentamos na faculdade não aconteça apenas com a gente. Pensando nisso, decidi que este texto seria um pouco diferente do que estou acostumada a escrever, menos palavras bonitas, menos termos científicos. Quero escrever um texto que o mais importante seja a minha experiência, minha percepção sobre o que é ser mulher negra e estar na academia e menos com embasamento teórico ou científico.

Exercendo a própria perspectiva do feminismo negro interseccional, do qual as experiências dos sujeitos devem ser consideradas na produção do discurso, estou partindo da idéia de que as nossas vivências possivelmente nos proporciona uma visão mais crítica sobre determinados problemas sociais, que não são só sociais, são nossos.

Desde da última vez que li um texto da bell hooks chamado Intelectuais Negras, passei a enxergar a minha vivência na academia de uma outra forma, de modo, a perceber as minhas dificuldades relacionadas a este espaço em muitos os sentidos.

Figura 39 – Trecho de A subjetividade como instrumento político

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Autora: Luma Oliveira

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2016/07/02/a-subjetividade-como-instrumento-politico/>

Último acesso em 27/03/2017.

O conceito de empoderamento tem sido usado em muitas falas em diferentes ambientes. Podemos afirmar que as feministas de diferentes vertentes o tomaram para si enquanto movimento de resistência e fortalecimento político.

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletiva, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção

das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (BATLIWALA, 1994, p. 130).

Nas análises dos blogs percebe-se que empoderamento é utilizado em diferentes momentos, mas principalmente no que se refere à autoconsciência de ser mulher em uma dada sociedade e da necessidade de se reconhecer e ser reconhecida no sentido de valorização. Os blogs posicionam-se: aqui é um espaço de empoderamento.

Sou uma mulher negra que encontrou o feminismo negro, através de outras negras empoderadas, que me fizeram ver o quanto eu já era feminista antes de ler uma única linha do "Segundo Sexo". Conquistei algum reconhecimento, continuo adentrando espaços até então proibidos para mulheres pretas como eu, mas o melhor de tudo é ver que minha luta não é solitária. Somos muitas e hoje estamos unidas.

Meu feminismo tardio me ensinou que teoria sem luta não transforma nada nem ninguém. Me fez compreender que discurso que não contempla vivências, não tem valor nenhum. Que sororidade sem desconstrução de privilégios é apenas uma palavra sem sentido. Que mulheres precisam lutar unidas, mas que as pretas têm um longo caminho a ser percorrido, pois ainda precisam ser ouvidas e reconhecidas como protagonistas de sua própria história.

Apreendi que sem minhas irmãs pretas, reais ou virtuais, minha luta não teria sentido, que as batalhas seriam ainda mais sofridas, que juntas somos mais e sim, somos nós por nós. Particularmente, aprendi que ainda tem muita mulher que se diz feminista, mas precisa deixar os livros e viver mais, entender que feminismo não se faz apenas na teoria, pois existem muitas feministas pelo mundo que, assim como eu já fui, nem sabem o quanto são pertencentes e essa categoria de mulheres libertárias, guerreiras e transformadoras.

Para essas, a teoria é algo distante e que pode nem chegar até seus ouvidos, mas que nem por isso deixarão de promover as mudanças necessárias numa realidade determinada por condicionantes sociais e culturais estruturados a sua revelia. Meu feminismo tardio fez isso, me fez entender a teoria a partir da realidade e não a realidade a partir da teoria. Sim, tem diferença.

Figura 40 – Trecho do texto **O que aprendi com meu feminismo tardio**

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Autora: Eliane Oliveira

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2015/09/11/o-que-aprendi-com-meu-feminismo-tardio/>

Último acesso em 27/03/2017.

Empoderar-se não é, necessariamente, num sentido capitalista, comprar roupas novas, colocar silicone e ostentar uma aparência irretocável – por mais que, por muitas vezes isso resolva individualmente a curto prazo – bem porque, nem todas as mulheres poderão “comprar o empoderamento”.

Se empodere lutando, resistindo todos os dias perante as falas e atos machistas de seus colegas. Quebre o padrão e ame seu corpo e sua mente.

Se empodere ajudando uma mulher que de alguma forma está sendo oprimida. Se empodere lendo, estudando e transmitindo isso às mulheres a sua volta. Participe de reuniões, palestras, saraus.

Se empodere respeitando as diferenças das suas irmãs. Diga o quanto elas são especiais e o quanto você as admira. E, se te fizer feliz, também se empodere usando um salto alto e passando um batom vermelho!

Figura 41 – Trecho do texto **Empoderamento é um ato político coletivo**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Autora: Paula Tavares

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2016/06/empoderamento-e-um-ato-politico-coletivo/>

Último acesso em 27/03/2017.

Compreende-se então, que o empoderamento perpassa por toda a relação da escrita, na construção da identidade e dos relatos das vivências. Nesse *subaltern counterpublics*, os fenômenos entre teoria, vivência e o contar-se se encontram para então revelar-se na força do empoderamento político dessas mulheres que nem sempre são formulados a partir da teoria acadêmica. Se olharmos estatisticamente, a maioria das mulheres não estão inseridas em espaços de formulações teóricas, porém, muitas possuem a vivência feminista.

Ao abordar o conceito de empoderamento político, analisando a partir do texto da escritora Eliane Oliveira, publicado no *Blogueiras Negras* compreendemos os movimentos da constituição de uma identidade narrada de uma ativista que aprende a se identificar nas diferentes nuances que a constitui. Dizer-se mulher, negra, periférica, não é somente uma maneira de se apresentar, mas sim um posicionamento político que a localiza e legitima o seu lugar de fala dentro do movimento feminista negro interseccional.

O QUE APRENDI COM MEU FEMINISMO TARDIO

ELIANE OLIVEIRA • SET 11, 2015

COTIDIANO FEMINISMO RESISTÊNCIA 18 COMENTÁRIOS 2853 VISUALIZAÇÕES 0

Sou mulher negra e periférica que já passou dos quarenta, que criou dois filhos sozinha, não por viuvez ou por conta de uma gravidez indesejada, mas sim porque fui preterida, trocada por uma não negra e, com isso, para não me ver submetida a humilhações desnecessárias, a saída encontrada foi assumir a responsabilidade sozinha.

Sou mulher negra que não terminou a ensino médio na idade desejada, que fez supletivo em escola popular, que trabalhou de babá, diarista, doméstica, balconista. Que levantava de madrugada para pegar duas conduções deixando os filhos dormindo. Dando nó em pingo d'água pensando no futuro deles, o meu viria por tabela e se desse tudo certo.

Sou mulher negra que não engatou uma relação duradoura, aquela que nunca se casou, seja com homem preto ou com branco, que aprendeu a lidar com a solidão afetiva e a desconstruir o amor romântico na base da ausência, da angústia, da culpabilização. Descobriu a duras penas que a pior ausência é a de si mesma e que a responsabilidade pela nossa felicidade individual não se delega a ninguém.

Sou mulher negra que entrou numa universidade pública, sem fazer cursinho, estudando na hora do intervalo do almoço e dentro do ônibus no caminho de casa. Curso noturno, depois de oito horas de trabalho diário, muitas vezes ficando apenas com o almoço e o café requentado da cantina ate meia noite, quando chegava em casa, tão cansada, que só um copo de leite alimentava.

Sou mulher negra que deixava os filhos o dia na creche e a noite por conta da boa vontade de parentes e vizinhos, porque grana para pagar alguém para olhar nunca tive. E no fim de semana nos divertíamos juntos fazendo faxina, enchendo os varais de roupa e dando banho no cachorro. Quando eles finalmente dormiam, amontoados a mim, me via puxando da bolsa um livro, um texto xerocado, um caderno para continuar minha produção acadêmica.

Figura 42 – Trecho do texto **O que aprendi com meu feminismo tardio**

Fonte: *Blogueiras Negras*.

Autora: Eliane Oliveira

Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2015/09/11/o-que-aprendi-com-meu-feminismo-tardio/>

Último acesso em 27/03/2017.

Eu só consigo falar do meu lugar de mulher trans*, de uma perspectiva em que o mundo está constantemente questionando minha feminilidade, o quanto eu sou mulher, o por quê eu me digo mulher. Falo de um mundo que desconsidera as feminilidades das mulheres trans*, nós que fazemos parte de uma identidade considerada abjeta e marginal para o consenso social.

Eu só consigo ver o mundo de uma perspectiva onde a maioria esmagadora das pessoas estão o tempo todo dizendo que os corpos das pessoas trans* são os corpos errados, o certo mesmo, para que possamos alcançar alguma dose de normalidade é que queiramos nos cirurgiar da cabeça aos pés a fim de nos encaixar dentro do cissexismo que dita normas: homem OBRIGATORIAMENTE é aquele que possui pênis, mulher OBRIGATORIAMENTE é aquela que possui vagina, regra suprema. E a sociedade está o tempo todo agredindo as pessoas trans* com essas informações que talharam como inquebrantáveis. As nossas identidades são reduzidas aos níveis da genitalização que é cobrada cotidianamente:

Mas você por um acaso é operada?

Mas por um acaso você é mulher? Por que para ser mulher tem que ter vagina.



Figura 43 – Trecho do texto **Meu lugar de mulher trans**

Fonte: *Blogueiras Feministas*.

Autora: Daniela Andrade

Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/2013/07/meu-lugar-de-mulher-trans/>

Último acesso em 27/03/2017.

O posicionamento da interseccionalidade abre espaço para narrativas que abarcam vários fenômenos de pluralidade sexual, textos como esse de Daniela Andrade trazem ponto de vista do silenciamento cruel, das violências físicas e simbólicas que a população trans passa. Ao mesmo tempo em que histórias como essa nos trazem certo grau de denúncia dessas violências, também, para as feministas, trazem o aprendizado e a incorporação dessas vivências no movimento. Não são em todos os segmentos feministas que essa abertura acontece.

Nesse caso, há a expansão da voz nesses processos comunicativos que os blogs

proporcionam. Trazer as vivências trans enriquece o feminismo que com sua interseccionalidade, deixando de negligenciar assuntos tão caros à vida dessas populações. Algumas autoras como Patrícia Lessa (2011) apontam que uma das saídas para promover a diminuição das desigualdades seria a educação para a diversidade, e dessa maneira, os blogs pode ser um ponto de mudança, já que a linguagem não sexista é uma das bandeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da escrita da dissertação, as blogueiras foram apresentadas e esses espaços dos *blogs* foram explorados. Os *Blogueiras Feministas* e o *Blogueiras Negras* são de uma importância ímpar para as novas configurações dos movimentos feministas e sua popularização. Seria leviano não dizer que cada linha escrita por essas mulheres é importante e é por meio dessas práticas discursivas que se materializa as atoras que falam que se movimenta o movimento.

A presente dissertação trouxe o tema dos ciberativismos feministas tendo por objetivo geral compreender como se constituem no espaço online a partir do conceito de *subaltern counterpublics*, tornou-se necessária uma pesquisa teórica sobre os conceitos de público, privado e *subaltern counterpublics*. Posteriormente, fizemos uma retomada sobre o feminismo e sua presença no espaço online, materializada no lugar dos *blogs*. Por fim, analisamos os blogs destacamos acima, enquanto espaço de construção política no sentido de participação e representação construída a partir do coletivo feminista. Dessa forma, tivemos um percurso metodológico que mesclou os conceitos teóricos e a apresentação dos blogs para darmos continuidade em seguida às análises de conteúdo das publicações.

No início dessa pesquisa, uma das questões levantadas se referia à estranheza com relação ao feminismo acadêmico, tendo em vista que suas formulações sobre a questão da construção de gênero e as lutas das mulheres em nossa sociedade muitas vezes ficavam restritos à universidade. Nesse sentido, chegamos a questão dos usos das ferramentas na internet, que são espaços de possibilidades da popularização dos movimentos e teorias feministas, que muitas vezes encontram-se barradas na esfera pública, como citado anteriormente.

Há um potencial político nas redes. Em virtude de suas peculiaridades, da horizontalidade e da interação que propicia, o ciberespaço toma uma dimensão pública e possibilita ações políticas (HANSEN, 2016). Dessa maneira a internet acentua o caráter de um

lugar que remete à esfera pública, uma vez que os meios de comunicação possibilitam dar voz para diferentes grupos.

Para tanto, é importante considerar as configurações e as dinâmicas desses espaços, compreendendo que, também reproduzem desigualdades, isso porque, nem todas as mulheres estão inseridas nas redes digitais. Hansen (2016) argumenta que apesar dessa potencialidade o acesso às tecnologias é distribuído desigualmente. Essas desigualdades são lidas como barreiras digitais que são diferenças de acesso às tecnologias e mídias digitais, bem como à cultura desenvolvida nesses ambientes, vinculadas a educação, entre outros problemas sociais, econômicos e de faixa etária. Contudo, as barreiras digitais não entram a princípio nesse problema de pesquisa, podendo surgir em pesquisas posteriores relacionadas ao tema.

Apesar das desigualdades sociais, as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque na formulação e divulgação das estratégias políticas. As redes também agregam pessoas ao facilitar a comunicação à distância. Isso permite a popularização dos feminismos. Os blogs feministas são um mecanismo de expansão política dos feminismos, uma vez que permitem às mulheres separadas geograficamente inclusive, participarem da formulação de discursos e contradiscursos elaborados nesse ambiente.

A partir das publicações dos discursos nesses espaços podemos observar que os campos feministas se constroem por meio de um emaranhado de interlocuções. Como diz Alvarez (2014), as redes não são meras condutoras de processos culturais, elas são, nas palavras de Mische (2003), culturalmente constituídas por interações comunicativas.

Assim, os fluxos dos campos feministas resultam em negociações de sentido que provem das interações dinâmicas estabelecidas entre essas mulheres com os campos de poder das quais elas estão inseridas em uma determinada conjuntura histórica (ALVAREZ, 2014).

Os blogs aqui apresentados são construções discursivas com publicações femininas de diferentes localidades, essas mulheres em sua maioria se conhecem somente no espaço online, porém forma uma teia de construção de identidades de si e de um movimento feminista que é construído no dia-a-dia a partir das experiências dessas mulheres, seja no campo cultural, político ou econômico. Essas blogueiras usam esses canais como fonte de informação e debates dos acontecimentos cotidianos.

Essas mulheres formulam conceitos nas trocas de conhecimento das vivências, tendo na composição dos blogs mulheres de diferentes faixas etárias, graus de escolaridades e ocupações. Escrever para os blogs faz delas pessoas com voz, lugar de fala e sujeitos de ação. É o escrever sobre elas e para elas, o que extrapola esses espaços num segundo momento é uma questão de consequência.

Também, configuram-se em espaços de posicionamentos políticos as clivagens dentro do que é o movimento feminista mais singular. Quando as *Blogueiras Negras* se posicionam como um espaço de publicação fechado para as mulheres negras, demarcam que as estruturas sociais sempre as colocaram em patamares de menos privilégios possíveis. Por exemplo, quando se fala das lutas das mulheres no geral se iniciam no final do século XIX pelo sufrágio universal e posteriormente as lutas pelo direito ao mercado de trabalho, ou mesmo quando se remetem as primeiras manifestações, poucas bibliografias ou palestras mencionam os séculos de escravidão da população negra, e que essas mulheres já estavam inseridas no mercado de trabalho extremamente precário, ou mesmo que, para que muitas militantes brancas estivessem nas ruas, outras mulheres negras estavam cuidando de sua prole, e não necessariamente havia outra pessoa cuidando dos filhos dessas mulheres negras.

O *Blogueiras Feministas*, por sua vez, dá um passo importante ao reconhecer as necessidades dos recortes que a interseccionalidade dos movimentos feministas pedem na contemporaneidade, de gênero que é o que une os movimentos de diferentes atoras, de raça e evidência e reconhece as desigualdades de uma sociedade estruturalmente racista e de classe social, tendo em vista as desigualdades latentes no desenvolvimento do nosso país.

Assim, o ciberespaço se revela importante espaço para expansão da visibilidade e da pluralidade de apresentação de *subaltern counterpublics* no campo da política, tanto para a articulação política e o encaminhamento de demandas quanto para a conscientização e educação políticas. Se o ativismo online contribui para a reconfiguração da participação política e dos movimentos sociais na contemporaneidade, sua utilização por minorias como instrumento político tem potencial para aumentar os diálogos e interações que permitam a representação, em alguma medida, de uma maior pluralidade de grupos e interesses e, por conseguinte, ampliar a qualidade do debate público, a legitimidade e a qualidade da democracia.

Por fim, concluímos que as plataformas de funcionamento da esfera pública se assentam hoje na comunicação de massas, principalmente àquelas mantidas por grupos hegemônicos e a plataforma de funcionamento do *subaltern counterpublics* se assenta na comunicação que ocorre em espaços estratégicos como a internet, nos ciberativismos.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia E. **Para além da sociedade civil:** reflexões sobre o campo feminista. 43. ed. Campinas: Cadernos Pagu, 2014, p. 56.

AVRITZER, Leonardo. **A Moralidade da Democracia.** São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/Editora da UFMG, 1996.

AVRITZER, Leonardo. COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: concepções e usos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, 2004, p. 703-728.

BARBOSA, Fernanda Leal. As cotas eleitorais de gênero como um instrumento de ação afirmativa eleitoral. **Âmbito Jurídico.** Rio Grande: XVII, nº. 122, março 2014.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados,** São Paulo, Vol. 17, nº. 49, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero,** Vol. 5, nº 2, RJ/Niterói, 2005, p. 9-35.

CAVALCANTE, Ana Paula. **Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino.** Maringá, 2015.

FONTOURA, Wagner. **A Hora e a Vez das Mídias Sociais.** Disponível em: <<http://www.boombust.com.br/a-hora-e-a-vez-das-mídias-sociais/>>. Acesso em: 08 de setembro de 2015.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the Public Sphere.** Cambridge: Mit Press, 1992.

GOMES, Wilson & MAIA, Rousiley C. **Comunicação e democracia:** problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HANSEN, Jaqueline Resmini. **No computador, na rua ou no smartphone:** Condicionantes e covariantes do engajamento online. Dissertação PPG UEM. 2016.

HANSEN, Jaqueline Resmini. **Direito e democracia entre facticidade e validade.** I. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário 101, 2003.

- LEMOS, André. **Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2008. 4ª ed.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LORETONI, Anna. Estado de direito e diferença de gênero. In: COSTA, Pietro e ZOLO, Danilo. **O estado de direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.30.
- LUBENOW, Jorge Adriano. A Despolitização da esfera pública em Jürgen Habermas sob a perspectiva sócio-política. **Problemata**, Vol. 3, nº. 1, João Pessoa, 2012, p. 54-95.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil. **Ciberpolítica: conceitos e experiências**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais, Linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis, R.J, 2014.
- MIGUEL, Luís Felipe. Meios de Comunicação e a Prática Política. **Revista Lua Nova**. nº. 55, 2002, p. 155-184.
- MIGUEL, Luís Felipe. Política de Interesses: Política do desvelo; representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, 2001, p. 253-267.
- MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho. **Diários públicos, mundos privados: diário íntimo como gênero discursivo e suas transformações na contemporaneidade**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação, 2002. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pagoliveira-rosa-meire-diarios-publicos-mundos-privados.pdf>>.
- PENTEADO, Cláudio Luís de Camargo. SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel. ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar. Metodologia de Pesquisa de Blogs de Política Análises das eleições presidenciais de 2006 e do Movimento Cansei. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, Vol.17, nº.34, out. 2009, p. 159-181.
- PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº6. Brasília, julho-dezembro de 2011, p. 339-363.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **O Feminismo no Brasil: Suas múltiplas faces**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 119.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Editora Unicamp, S.P, 2017.
- RECUERO, Raquel. Rede Social. In: **Para entender a Internet (versão beta):** noções, práticas e desafios da comunicação em rede. Ed. Sulina, 2009.

RIBEIRO, Matilde. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. In: BORBA, Angela. FARIA, Nalu. GODINHO Tatau. (Orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.189-209.

RODRIGUES, Laís Paula. CASSAB, Latif Antonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

SANTOS, M. B. P.; PENTEADO, C. L. C.; ARAUJO, R. P. A. Metodologia de pesquisa de blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento “cansei”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Vol. 17, n. 34, 2009.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo o facebook e o twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et all. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 95.

SOTERO, Frederico. **As redes sociais são um futuro da internet? E qual seria o futuro das redes sociais?** s/d. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/16465551/Futuro-Da-Internet-e-Redes-Social>. Acesso: 22 de março de 2016.

SOUZA, Juliana Inez Luiz. Ação Feminista no Twitter: A visibilidade da hashtag #PrimeiroAssédio na esfera pública midiática. **Anais da 7ª Semana de Sociologia e Política UFPR**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

SWERS, Michele. Understanding the Policy Impact of Electing Women: Evidence from Research on Congress and State Legislatures. **Political Science & Politics**, Vol. 34, nº. 2, 2001. p. 217-220.

VEGH, S. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003.

WARNER, Michael. Publics and Counterpublics (abbreviated version). **Quarterly Journal of Speech**. Vol.88, n.4, November 2002, p. 413-425.

YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla (Cord.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos Ltda, 1987, p. 66-86.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 9, 2012, p. 169-203.